



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

**CRISTIANE RODRIGUES
TATIANE DOS SANTOS PEREIRA**

**EVASÃO ESCOLAR NO CONTEXTO DA FAVELA DA MARÉ E A
PRÁTICA PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NA CASA DAS
MULHERES.**

RIO DE JANEIRO

2021

**CRISTIANE RODRIGUES
TATIANE DOS SANTOS PEREIRA**

**EVASÃO ESCOLAR NO CONTEXTO DA FAVELA DA MARÉ E A
PRÁTICA PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NA CASA DAS
MULHERES.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de
Federal do Rio de Janeiro, como requisito
parcial para obtenção do grau de
graduação em Serviço Social.

Orientador: Marcos Botelho.

RIO DE JANEIRO

2021

**CRISTIANE RODRIGUES
TATIANE DOS SANTOS PEREIRA**

**EVASÃO ESCOLAR NO CONTEXTO DA FAVELA DA MARÉ E A
PRÁTICA PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NA CASA DAS
MULHERES.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do grau de graduação em Serviço Social.

Trabalho aprovado. Rio de Janeiro, 07 de Abril de 2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof. MARCOS BOTELHO
(Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro)
Orientador

Prof.^a MIRIAM KRENZINGER
(Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro)
Examinadora

Prof.^a ROSANA MORGADO
(Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro)
Examinadora

RIO DE JANEIRO

2021

AGRADECIMENTOS

A Deus.

À minha família, razão de minha existência.

Ao meu orientador Marcos Botelho pela paciência e grandes ensinamentos.

Às minhas queridas e amadas professoras e supervisoras de Estágio da UFRJ e REDES que nos acompanharam e orientaram durante esses dois anos maravilhosos, esse sonho só foi possível porque vocês estiveram conosco. Professoras Gláucia Lelis, Luana Siqueira, Maria Luíza, Miriam Krenzinger, Rosana Morgado. Supervisoras Gisele Ribeiro Martins, Jaqueline, Julia Leal, Lidiani Malanquini.

Equipe de Direção e coordenação, obrigada por nos acolher com todo carinho e por contribuir na nossa formação.

Diretoras da REDES da Maré: Eliana Sousa Silva; Maira Gabriel Anhorn.

Coordenadoras da Casa das Mulheres: Andreza Jorge; Mariana Aleixo; Shirley Villela.

A todos que compõe a equipe da REDE e Casa das Mulheres da Maré, que trabalham incansavelmente atender as demandas da favela e manter esses espaços funcionando.

Aos queridos moradores, por nos receberem suas casas, partilhar suas vivências, a participação de vocês fez toda diferença na elaboração do presente trabalho.

E as nossas amigas, alunas trabalhadoras que caminharam junto conosco, em busca de realização de um sonho, contribuindo para essa linda trajetória.

“Feliz aquele que transfere o que sabe e aprende o que ensina”.

(Cora Coralina)

RESUMO

O interesse pelo presente trabalho surgiu a partir do estudo realizado pelas estagiárias de Serviço Social, durante o período de estágio na Casa das Mulheres da Maré sobre o projeto Aluna/Mãe Presente, que visava fazer buscas ativas de crianças e adolescentes moradoras do território do Parque União na favela da Maré, que se encontravam evadidas das escolas. O projeto visava encontrar o responsável por essas crianças/adolescentes do sexo feminino para conhecer a Casa das Mulheres e os serviços existentes. Este trabalho teve por objetivo refletir as razões que levam os alunos à evasão escolar no contexto da favela, sua estrutura socioeconômica, de violência, da atuação do poder paralelo, a importância da participação das ONGs e projetos ofertados por elas, limites e possibilidades de implementação de políticas públicas e sobre a omissão do Estado. A importância da participação da família, na proteção e desenvolvimento social e educacional. Buscou-se fazer uma reflexão crítica sobre os elementos responsáveis pela evasão escolar na favela, destacando a violência no território como principal violadora de direitos.

Palavras-Chaves: Evasão; Educação; Serviço Social; Práxis; Direito.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA FAVELA DA MARÉ.....	12
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO DA MARÉ.....	19
1.2 DADOS DO CRESCIMENTO DA MARÉ.....	21
1.3 TIPOS PROJETOS OFERTADOS NO TERRITÓRIO DA MARÉ.....	32
2. COMO A VIOLÊNCIA NO TERRITÓRIO AFETA A EDUCAÇÃO.....	36
2.1 ATUAÇÃO DO PODER PARALELO E DO ESTADO NO TERRITÓRIO.....	39
2.2 A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA PROTEÇÃO, DESENVOLVIMENTO SOCIAL E EDUCACIONAL.....	44
3. O SERVIÇO SOCIAL NA CASA DAS MULHERES.....	50
3.1 APRESENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO.....	50
3.2 A IMPLEMENTAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA CASA DAS MULHERES.....	53
3.3 METODOLOGIA DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL.....	54
3.4 SISTEMATIZAÇÃO DO PROJETO DE INTERVENÇÃO DAS DEMANDAS DAS USUÁRIAS.....	56
3.5 A ATUAÇÃO DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA CASA DAS MULHERES.....	74
CONSIDERAÇÕES FINAS.....	76
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	78

INTRODUÇÃO

A evasão escolar está relacionada às questões de natureza social, esse fenômeno atinge milhares de crianças e adolescentes que futuramente poderão ser excluídos por problemas que perpassam pelas questões de ordem social, econômica e cultural da sociedade contemporânea e do mercado de trabalho. O acesso à educação é fundamental na vida do indivíduo, pois através dela é possível construir seres democráticos, pensantes e críticos atuantes perante a questão social existente, que ele tenha um papel participativo e com representatividade social.

A baixa escolaridade resulta em uma má formação, dificulta o sujeito de assumir questões fundamentais para uma vida em sociedade, de como agir de forma ética, socialmente responsável com a comunidade em que vive. Outra questão é o discernimento na seleção de governantes e a compreensão de quem pode contribuir de maneira positiva para a construção e desenvolvimento da sociedade. Essa falta de discernimento resulta na não compreensão dos problemas e necessidades existentes no território, como saúde, educação, habitação, saneamento básico, machismo, racismo e etc.; esse não entendimento fortalece também os valores morais e conservadores que exclui uma parte da população por sua raça, religião e gênero fazendo o indivíduo acreditar que ele não é um sujeito de direitos. No âmbito pessoal, limita a consciência de direitos e deveres, no profissional, limita assumir cargos que exigem formação técnica e superior. A Declaração dos Direitos Humanos assegura que toda pessoa tem direito a educação e é dever do estado garantir esse direito, entendendo que a educação oferece ao indivíduo os recursos fundamentais para o desenvolvimento da personalidade da vida humana, melhorando o modo de vida, preparando-o para sobreviver de maneira digna, elevando seu nível de vida, tornando-o útil à sociedade.

Artigo XXVI:

1. Todo ser humano tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito.

2. A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2009, p.14)

A educação é um processo universal e dinâmico, que para ser compreendido, precisa estar relacionado com o contexto econômico, social e cultural. Este saber pode ser adquirido nos diversos espaços onde há apropriação da cultura e de práticas sociais. A escola é um desses espaços onde o conhecimento, considerado a matéria-prima da educação escolar, desenvolve-se de forma sistematizada. “Educar alguém, denota conduzir esse indivíduo a determinadas respostas para os problemas aos quais devem enfrentar” (GUINDANI; MARTINS; ANSARI, 2015, p. 88), conduz o educando ao caminho do aprendizado para que ele pense de forma individual, e formule as suas próprias respostas.

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais de 1997 afirma-se que o ensino de qualidade que a sociedade demanda atualmente se expressa aqui como a possibilidade de o sistema educacional vir a propor uma prática educativa adequada às necessidades sociais, políticas, econômicas e culturais da realidade brasileira, que considere os interesses e as motivações dos alunos e garanta as aprendizagens essenciais para a formação de cidadãos autônomos, críticos e participativos, capazes de atuar com competência, dignidade e responsabilidade na sociedade em que vivem (MEC/SFE, 1997. p27.).

O problema é que o MEC (ministério da educação) traça toda uma estratégia para os educadores com o intuito de desenvolver um projeto educacional forte e democrático, é o mesmo que atualmente está sendo administrado por uma gestão governamental que criminaliza seres pensantes, congela recursos destinados para educação, ocasionando a fragilização na qualidade do ensino e ignorando as necessidades dos professores e dos alunos e das escolas públicas. No território da favela da Maré essa situação fica ainda pior, pois os educadores além de ter que enfrentar salas sucateadas, condição de trabalho precário, tem que garantir a sua própria segurança e as das crianças, em dias de confrontos. Segurança esta, que deveria ser garantida pelo Estado, porém é violada por ele.

Entende-se que educar as crianças e os jovens é uma tarefa por natureza compartilhada entre famílias, professores, escolas, gestores e envolver os próprios alunos. Valores cooperativos são fundamentais para uma boa convivência entre todos.

O objetivo do presente trabalho é entender quais motivos levavam as crianças e os adolescentes a se ausentarem das escolas, seus desafios e dificuldades dentro

da favela, como o estado ocupa esse espaço, quais serviços e políticas que chegam nesses locais. Uma das estratégias utilizadas para a elaboração do trabalho foi a levantamento-ação no Parque União, com atuação diretamente no campo através de visitas domiciliares com busca ativa para saber por qual motivo a criança estava evadida da escola, que condições elas vivem, quais tipos de enfrentamento perpassam seu cotidiano para chegar até a instituição de ensino.

Durante o estudo de campo, percebemos que dentro da favela esse abandono/evasão se dava de modo muito mais complexo, além de enfrentar escolas sucateadas, professores desvalorizados, os alunos ainda tinham que conviver com a falta de segurança dentro das escolas, violência no território, conflitos constantes entre as facções locais e o Estado.

Para os alunos permanecerem nas escolas, implica em considerar a questão social do território, que se expressam pelo tráfico de drogas, no território de exceção, no machismo e no racismo que permeia esta atividade econômica e que afeta os moradores da favela no seu direito de ir e vir. A política de segurança pública ofertada pelo Estado, cuja ação afeta as unidades escolares devido aos confrontos armados na região, ocasionando danos ao desenvolvimento psíquico, físico, social e econômico de uma parcela significativa da Maré, sobretudo as crianças e adolescentes.

Atividade local desenvolvidas pelas ONGs envolve participação da família, sociedade, Estado, profissionais envolvidos com ações educativas dentro do território da Maré, que traz ao indivíduo a consciência de que ele é um sujeito de direito, na busca por sua identidade, pertencente à cidade, que a favela faz parte dela.

Para tanto, ao se concluir o curso, muitos são os desafios que terão pela frente. Nesse contexto, a proposta de trabalho científico visa levantar as dificuldades encontradas no território, apresentando propostas que auxiliem os profissionais do Serviço Social na atuação em questões delicadas encontradas na favela, com base nas experiências de profissionais que atuam nas ONGs locais.

Para o desenvolvimento deste trabalho foram utilizados estudos bibliográficos, visitas domiciliares, estudo de caso e levantamento no território. O estudo bibliográfico baseou-se em livros na área do Serviço Social, Direitos Humanos, Questão Social, Políticas Públicas e Questão Racial etc. O estudo de caso foi desenvolvido a partir da demanda apresentada pelo projeto Aluna/Mãe presente,

entrevistas com as famílias locais, através das visitas domiciliares, o estudo territorial foi realizado com atuação no campo, onde foi possível conhecer todas as coisas boas que existem na favela e são invisibilizadas pelos estigmas, rotulados por parte da sociedade, que enxerga a favela como um lugar sujo, perigoso, dominada por grupos armados que dissemina a violência, visão desumanizada da favela determinada pelo racismo.

Este estudo tem em sua estrutura três capítulos, sendo:

O primeiro com o contexto social da favela da maré, desde o seu surgimento até os dias atuais, e sobre os dados econômicos dos comércios locais.

No segundo capítulo são abordados como as políticas públicas chegam ao território e como a educação é afetada pela violência e os dados sobre a evasão escolar.

O terceiro capítulo faz um mapeamento dos serviços ofertados no território e como atuam as ONGs locais.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA FAVELA DA MARÉ

A história das favelas começou nos sertões da Bahia, onde predominava uma crise generalizada que levou os engenhos à decadência. O governo da Bahia só se fazia presente no sertão para cobrar impostos. Nesse período surgiu Antônio Conselheiro, professor que virou cangaceiro e em sua caminhada encontrou uma fazenda abandonada de nome Belo Monte, que veio a se chamar Canudos.

Na fazenda este modelo de vida socioeconômico atraía milhares de sertanejos que buscavam uma vida melhor. O vilarejo tornou-se refúgio para os desprotegidos e perseguidos, era uma comunidade na qual não existia desigualdade social, tudo que era produzido era dividido para todos, sendo autossustentável, e por isso não pagava imposto ao governo. “Eles [os conselheiristas] trabalhavam em conjunto. Ninguém tinha nada. Todo mundo fazia roça, todo mundo trabalhava. Colheu... Colheu. Toma o seu... Toma o seu. Ninguém ficava com menos ou com mais (sic). (ADONELRÉGIS MATOS, canudense, 1932, depoimento dado em Canudos, 4 de fevereiro de 1995)”.(MARTINS, 2007, p. 8)

O Estado, com apoio dos latifundiários e da Igreja Católica, não aceitava que os arraiais de Canudos não pagassem impostos à recém-formada república. O conflito, de elite contra pobre ocasionou uma guerra liderada pelo Estado, que resultou no massacre de crianças, mulheres e idosos. A guerra de Canudos foi um movimento que representou a resistência à opressão do Estado e aos grandes produtores rurais.

Moniz afirma que o movimento liderado por Conselheiro era uma luta por direito à terra, um bem que era desfrutado apenas pelas classes dominantes, não só naquele momento, mas desde a colonização, a terra era o principal instrumento de opressão e exclusão social por parte da classe dominante. (LEITE, LEONARDO GUIMARÃES, III EBE CULT, 2012, pdf, p. 9)

Após a guerra os soldados que foram convocados para combater Canudos voltaram para o Rio de Janeiro. Um dos motivos que os levaram a se alistar foi a promessa de que ganhariam uma casa própria ao retornarem. Enquanto aguardavam pela casa própria os soldados resolveram subir e construir seus barracos no morro da Providência, localizado em frente ao Ministério do Exército.

No local já existiam aproximadamente 100 barracos, de pessoas que foram expulsas de cortiços devido ao decreto de Getúlio Vargas, sob a alegação de teorias sanitárias sobre as doenças que surgiram à época (Ex: febre amarela, leptospirose).

Outro fator que contribuiu para o crescimento da favela foi o desenvolvimento urbano. O processo acelerado de urbanização e a mecanização do campo ocasionaram a migração de muitas pessoas para a cidade em busca de emprego. Essa migração em massa trouxe o crescimento populacional da cidade, que não conseguiu absorver todos os migrantes.

A urbanização acelerada intensificou o processo da favelização que se manifestou nos espaços mais precários das cidades, onde a população predominante era de famílias que não possuíam condições mínimas de moradia. Essas áreas precárias, desprovidas de serviços públicos (educação; saneamento; saúde; segurança etc...), eram habitadas por pessoas marcadas pela pobreza, exílio, racismo, escravidão, baixa qualidade de vida.

A falta de qualificação profissional também foi um fator que impossibilitou que muitos deles conseguissem uma vaga de emprego. As oportunidades ofertadas não eram suficientes para atender toda população. Isso considerando ainda os contingentes de imigrantes europeus que foram importados para compor a força de trabalho no Brasil. O Estado e a sociedade ao invés de absorverem o negro no mercado de trabalho, importaram o branco para esse papel.

No século XX, (1902-1906) o prefeito Pereira Passos conduziu um projeto que visava eliminar a ocupação dos morros do centro e dos cortiços, pois considerava esses locais uma aberração à paisagem urbana. A eliminação da favela era motivada por localizar-se em área de risco, agredir o meio ambiente e desfigurar as encostas (PUC-RIO, p.33). Ver fonte

Atualmente o território das favelas ainda é muito precário. A população da favela sofre com as violências cotidianas relacionadas a guerra entre facções locais, que disputam o tráfico de drogas; operações policiais, que resultam em mortes; falta de segurança, violações de direitos e a política pública de segurança em constante guerra com a população nas favelas, predominante negra.

O Estado intervém na favela ocupando-a através da força policial, e em determinadas situações pelas forças armadas, a famosa política de extermínio assume a aparência de “Guerra as Drogas” (Ribeiro, 2019). O “combate ao crime

organizado” assume a forma de administração quando este se alia aos traficantes com a intenção de obter vantagens (arrego), ou então eles “migram” para esses territórios e implementam milícias e controlam a favela.

É importante lembrar que a formação das favelas não se deu por acaso. A elite detinha o capital e por sua vez ocupava as localidades da cidade mais desenvolvidas social e economicamente, já as classes subalternas, que não tinham condições de comprar uma moradia, eram empurradas para as áreas marginalizadas, como acontece até hoje, verdadeira situação de exceção e segregação social e racial.

O nosso breve resgate acerca da guerra de Canudos serviu para exemplificar a maneira como o Estado atua em lugares onde moram pessoas que vivem à margem, pauperizadas e excluídas, sua ação é voltada para oprimir e explorar. Quando encontra alguma resistência, se utiliza da força, para punir e eliminar.

O desfecho desta história nos mostra que a participação do Estado foi fundamental para a construção das favelas, sua intervenção sempre foi para fortalecer a acumulação de capital, favorecer a elite e propiciar a exploração, assim como a pauperização da classe trabalhadora e seu controle.

“A visão da classe dominante estigmatizava a pobreza, considerada como sinônimo de vadiagem, vício, sujeira e preguiça. Apesar do contato direto e frequente com o segmento mais pobre da população, as assistentes sociais reproduziam no conhecimento sobre a favela a imagem negativa relativa à pobreza” (VALADARES, 2000).

É importante desconstruir a falácia de que “na favela mora quem quer”. As pessoas que ali moram são reflexo de um Estado omissivo, que não investe no desenvolvimento das pessoas e usa da sua autoridade para afastar os pobres dos centros desenvolvidos habitados pelas elites, com a finalidade de favorecer a burguesia e manter a estética urbana das áreas mais valorizadas da cidade além de possuir um forte caráter higienista.

Segundo Brum:

“Desde o surgimento da favela houve um permanente desejo por parte de setores da sociedade em extingui-la. Ela foi por vezes tolerada pelo Estado, chegando até mesmo a receber obras pontuais de urbanização” (Fundação Leão XIII, Cruzada São Sebastião, SERPFHA.). “No entanto, com a criação da CHISAM (Coordenação de Habitação de Interesse Social da área Metropolitana), houve uma mudança de qualidade significativa na postura do Estado diante das favelas, em que o sentido foi de eliminá-las da paisagem urbana” (BRUM, 2013 p.184).

A Maré revive Canudos em cada violação dos direitos humanos, em suas casas invadidas, nos assassinatos que ali acontecem, nos inúmeros corpos ultrajados, no sangue derramado através dos combates entre policiais e o tráfico, mas, principalmente, a Maré ressuscita Canudos na luta pela dignidade, pela liberdade de expressão, pelo direito de ir e vir, pela valorização de sua cultura, pelo direito à cidade e pelo direito à vida.

O Estado investia no programa de Coordenação de Habitação de Interesse Social da área Metropolitana (CHISAM) que tinha como objetivo a remodelação da estética da cidade, por isso o interesse de remover os favelados das áreas mais privilegiadas, porém essa organização do espaço urbano tinha distintas finalidades, as áreas residenciais se destinariam às diferentes classes, a quem pode e não pagar, a quem pode oferecer mão de obra que atenda ao interesse de desenvolvimento na produção capitalista.

As favelas cresceram em ritmo acelerado, seu crescimento chegou a ser aproximadamente quatro vezes maior do que o das localidades não favelizadas. Segundo o Censo do IBGE, em 2010 a cidade do Rio de Janeiro acolhia 6.320.446 habitantes, sendo 1.393.314 distribuído entre as 763 favelas identificadas em todo município, ou seja, 22,0% da população. A partir do Programa Morar Carioca a prefeitura do Rio de Janeiro revisou sua maneira de identificar as extensões da favela, e com base nos dados do IBGE esse número teve um aumento de 22,8% do total da cidade passando para 1.443.773 habitantes ordenados em 1.018 favelas. De acordo com os dados do Instituto Pereira Passos entre 2000 e 2010 a população carioca teve um crescimento de 8%. Todavia esse crescimento se deu de maneira desigual, no âmbito da favela essa população cresceu 19% enquanto nas demais localidades seu crescimento foi de 5%, ou seja, a população residente na favela cresceu aproximadamente quatro vezes mais do que o restante da cidade (REDES DA MARÉ 2020 p.16).

O quadro abaixo mostra como essa organização se expressa na cidade. Na Zona Sul da cidade, que concentra seguimentos com maior concentração de renda, em relação às outras áreas do Estado, seu índice de favelização foi de 17,3%. Já na zona Central foi de 34,7%, e na zona Norte de 27,3%, uma vez que eles poderiam ser de grande utilidade ao atender o interesse do capital, abastecendo os setores industriais com a força de trabalho da população das favelas, que

precisariam residir próximo a esses mercados e zonas industriais em expansão. A zona Oeste se divide em dois públicos, onde se tem pessoas com alto potencial aquisitivo, representando uma porcentagem de 16,1%, e os Grandes Centros Comerciais, onde se tem a Indústria que demanda mão de obra da classe operária, como exemplo Barra/Jacarepaguá com uma favelização de 26,0%, onde se concentram muitos bairros pobres.

QUADRO 2 | POPULAÇÃO RESIDENTE EM FAVELAS POR ÁREA DE PLANEJAMENTO DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO (2010)

ÁREA DE PLANEJAMENTO	HABITANTES		% DE RESIDENTES EM FAVELAS
	TOTAL	EM FAVELAS	
AP1 CENTRAL	297.976	103.296	34,7%
AP2 ZONA SUL	1.009.170	174.149	17,3%
AP3 ZONA NORTE	2.399.159	654.755	27,3%
AP4 BARRA/JACAREPAGUÁ	909.368	236.834	26,0%
AP5 ZONA OESTE	1.704.773	274.739	16,1%
CIDADE DO RIO DE JANEIRO (TOTAL)	6.320.446	1.443.773	22,8%

Fonte: Extraído de Cavallieri, Fernando; Vial, Adriana: Favelas na cidade do Rio de Janeiro: o quadro populacional com base no Censo 2010. Coleção Estudos Cariocas. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro / Instituto Pereira Passos: Rio de Janeiro, maio de 2012.

(REDES DA MARÉ 2020 p.17).

A favela cresce de maneira expressiva, não planejada e desordenada, seu percentual de crescimento é acima da média da cidade. Detalhando esse crescimento, as mulheres representavam 51% dos habitantes do complexo da Maré ao tempo, com destaque, a maioria desse percentual era de mulheres acima dos 50 anos.

A população masculina da Maré tinha sua faixa etária maiores nos jovens e menores para pessoas acima de 50 anos. O perfil racial era de 62% de auto declarados pretos (as) e pardos (as). A cara do complexo da Maré era de mulheres negras, acima dos 50 anos e de homens negros e jovens. Dados relevantes se considerarmos a maior morte de homens negros por ação violenta do Estado e do poder paralelo (Redes da Maré, 2020).

Nesse processo de desenvolvimento populacional, organização da estética urbana, remoção de moradores e programas habitacionais, está a favela da Maré, um território diversificado, denso, ocupado por diferentes grupos sociais de baixa renda, um lugar vulnerável diante da violência urbana e ações violentas exercidas pelas políticas públicas do Estado. Essa vivência possibilitou romper com preconceitos, desconstruir a imagem estigmatizada em relação à favela, enxergar um universo rico, com acordos, regras, normas instituídas nas vivências locais e um forte senso de solidariedade entre os moradores.

Segundo dados do Censo Maré, a favela foi consolidada entre o período da década de 1940 até o início do ano 2000, essa consolidação se deu a partir de uma iniciativa ordenada pelos moradores e os programas habitacionais promovidos pelo poder público.

O crescimento da favela se deu na seguinte ordem cronológica: Morro do Timbau (1940), Baixa do Sapateiro (1947), Marcílio Dias (1948), Parque Maré (1953), Parque Rubens Vaz (1954), Parque Roquete Pinto (1955), Parque União (1961), Nova Holanda (1962), Praia de Ramos (1962), Conjunto Esperança (1982), Vila do João (1982), Vila dos Pinheiros (1983), Conjunto Pinheiros (1989), Conjunto Bento Ribeiro Dantas (1992), Nova Maré (1996) e Novo Pinheiros (2000), esta última conhecida como Salsa e Merengue (Censo populacional Maré p.14).

CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL DA MARÉ

MODOS DE OCUPAÇÃO.

UNIDADE TERRITORIAL	ANO DE FUNDAÇÃO	ORIGEM DA CONSTITUIÇÃO	PROGRAMAS
MORRO DO TIMBAU	1940	OCUPAÇÃO ESPONTÂNEA	
BAIXA DO SAPATEIRO	1947	OCUPAÇÃO ESPONTÂNEA	
MARCÍLIO DIAS	1948	OCUPAÇÃO ESPONTÂNEA	
PARQUE MARÉ	1953	OCUPAÇÃO ESPONTÂNEA	
PARQUE RUBENS VAZ	1954	OCUPAÇÃO ESPONTÂNEA	
PARQUE ROQUETE	1955	OCUPAÇÃO	

PINTO		ESPONTÂNEA	
PARQUE UNIÃO	1961	OCUPAÇÃO ESPONTÂNEA	
NOVA HOLANDA	1962	INTERVENÇÃO PÚBLICA GOVERNO ESTADUAL	COHAB
PRAIA DE RAMOS	1962	INTERVENÇÃO PÚBLICA GOVERNO ESTADUAL	COHAB
CONJUNTO ESPERANÇA	1982	INTERVENÇÃO PÚBLICA GOVERNO FEDERAL	PROJETO RIO
VILA DO JOÃO	1982	INTERVENÇÃO PÚBLICA GOVERNO FEDERAL	PROJETO RIO
VILA DOS PINHEIROS	1983	INTERVENÇÃO PÚBLICA GOVERNO FEDERAL	PROJETO RIO
CONJUNTO HABITACIONAL DO PINHEIROS	1989	INTERVENÇÃO PÚBLICA GOVERNO FEDERAL	PROJETO RIO
CONJUNTO BENTO RIBEIRO DANTAS	1992	INTERVENÇÃO PÚBLICA GOVERNO MUNICIPAL	PROJETO MORAR SEM RISCO
NOVA MARÉ	1996	INTERVENÇÃO PÚBLICA GOVERNO MUNICIPAL	PROJETO MORAR SEM RISCO
NOVO PINHEIROS (SALSA E MERENGUE)	2000	INTERVENÇÃO PÚBLICA GOVERNO MUNICIPAL	PROJETO MORAR SEM RISCO

(REDES DA MARÉ, 2020 p.14).

Essas comunidades foram crescendo e ocupando território ao longo da Avenida Brasil, se expandindo em direção à Baía de Guanabara e ao Canal do Cunho.

A favela sofreu tentativa de remoção por parte do Estado entre os anos de 1960 e 1970. Essa tentativa de remoção provocou uma organização coletiva dos moradores, que evitaram as remoções. Essa resistência resultou na cooperação do Estado e garantiu o mínimo de infraestrutura e serviços essenciais, como abastecimento de água, saneamento básico e a criação de projetos habitacionais nas comunidades.

No período de 1979 a Maré passou por transformações, surgiram os projetos dos conjuntos habitacionais na Vila do João, como o Programa Morar (Pró-Morar), para remoção de famílias residentes em palafitas. Pouco depois, mais dois

conjuntos habitacionais foram criados, dessa vez pela Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, com os recursos de o Programa Morar Sem Risco.

Surgiram, então, Bento Ribeiro Dantas, em 1989, e Nova Maré, em 1996, em áreas aterradas de manguezal, para abrigar famílias removidas de áreas de risco (encostas de morros, margens inundáveis de rios etc.), moradores de rua e famílias que ainda moravam em palafitas na Maré, especificamente na favela Roquete Pinto.

Por fim, em 2000, é construído o conjunto Salsa e Merengue. Mais uma vez famílias, de lugares distintos e distantes, foram levadas para reconstituir suas vidas em um complexo conjunto de favelas, genericamente conhecido como Maré. (REDES DA MARÉ 2020 p.16)

Na década de 1980, já bastante populosa e extensa parte da área do Complexo da Maré ganhou contorno oficial na cidade com a criação da XXX Região Administrativa – ou, simplesmente, RA - Maré – e sua conseguinte delimitação, respectivamente, através dos decretos 6.011 de 4 de agosto de 1986 e 7.980 de 12 de agosto de 1988.

Alguns anos depois, por meio da Lei Municipal nº 2.119 de 19 de janeiro de 1994, foi criado e delimitado o bairro Maré, correspondente a toda a extensão da XXX RA. Segundo o Censo Demográfico 2010, do instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE), o bairro Maré contava, naquele ano, com 129.700 moradores, residentes em 41.731 domicílios, que resulta em uma média de 3 pessoas por domicílio (SANTO; SILVA, 2013 p.22-23).

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO DA MARÉ

Através de uma iniciativa das instituições REDES DA MARÉ e OBSERVATÓRIO DE FAVELAS, com apoio das 16 associações de Moradores, foi realizado o projeto Censo Maré que originou o Guia de Ruas da Maré. Os moradores escolheram de forma coletiva o nome de cada rua onde moravam. A realização desse trabalho tinha como objetivo gerar conhecimento sobre o território, de modo a confrontar a interpretação distorcida sobre como vivem os moradores da Maré.

“Há um perverso senso comum que reduz as favelas à condição de territórios precários, ilegais, inacabados, desordenados e inseguros: o avesso da cidade. Assim vista, as favelas não poderiam figurar na

cartografia da cidade. Estavam banidas das representações urbanas oficiais. O avesso não deveria aparecer” (GUIA DE RUAS DA MARÉ, 2014 p.14).

O Censo Maré teve toda sua base cartográfica atualizada a partir de fotos da expansão territorial, fornecida pelo órgão da prefeitura do Rio o Instituto Pereira Passos, deste trabalho foi disponibilizado o mapa de toda Maré e de cada área que a compõe. Através do Guia é possível ter uma idéia universal da Maré, sobretudo essencial para as ações de reconhecimento oficial das ruas pela prefeitura do Rio, que devem ser contínuas.

Aparecer no mapa é significar a existência de um lugar habitado por pessoas e suas vidas. É grafar (marcar) o solo em que vivemos. É, portanto, ver onde estamos e onde estão outras pessoas, ruas, praças, rodovias, hospitais, fábricas, portos, rios, montanhas (...) e mais tanta coisa do mundo que se faz aparecer nas artes de cartografar: de fazer presente o que é próximo e o que está distante. Portanto, o cartografado é o escrito, ou melhor, é o tornado visível. O ofício do cartógrafo é fazer uma escrita do espaço habitado e, com sua arte de figuração, fazer o desconhecido ser conhecido e, sobretudo, reconhecido com integrante do mundo da vida (GUIA DE RUAS DA MARÉ, 2014 p.13).

A Maré, composta por comunidades distintas que não se identificavam como uma unidade inicialmente possui características comuns, como históricos de reivindicação e preservação do seu lugar de origem, lutas por progressos e superação das adversidades como a escassez e a discriminação.

O processo de construção habitacional sofreu fortes repressões, os militares controlavam construções de casas, distribuição de terreno, cobravam taxas, selecionavam o indivíduo por renda, de acordo com quem tinha condições de pagar. Muitas habitações foram construídas no período da noite para escapar da coerção das forças policiais que não permitiam ocupações locais.

A partir das lutas e resistência da população junto com a Associação de Moradores, essas taxas deixaram de ser cobradas. As lutas das associações de moradores foram de suma importância para evitar remoções de famílias, e fomentar a construção e melhoria de escolas, creches e postos de saúde.

Alguns moradores, antes de mudarem para os conjuntos habitacionais, sofriam muitos preconceitos, e eram considerados como “não civilizados”. Eles permaneciam por um determinado tempo nos chamados Centro de Habitação Provisória (CHP), onde aprendiam “novos hábitos”, como limpeza, higiene e convivência, sendo controlados por um posto policial local.

Os conjuntos habitacionais tinham como objetivo abrigar pessoas removidas das palafitas e de outras comunidades da própria Maré. Os projetos de Habitação também visavam melhorar a estética da cidade.

1.2 DADOS DO CRESCIMENTO DA MARÉ

Segundo dados do IBGE 2010, a Maré é o nono bairro mais populoso de um total de 160 bairros oficialmente reconhecidos na cidade do Rio de Janeiro. O quadro abaixo mostra os dez bairros mais populosos:

POPULAÇÃO RESIDENTE NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO E NOS BAIROS MAIS POPULOSOS EM 2000 E 2010

POSIÇÃO	MUNICÍPIO E BAIROS	2000	2010
	RIO DE JANEIRO / RJ	5.857.904	6.320.446
1	CAMPO GRANDE	297.494	328.370
2	BANGU	244.518	243.125
3	SANTA CRUZ	191.836	217.333
4	REALENGO	176.277	180.123
5	TIJUCA	163.636	163.805
6	JACAREPAGUÁ	100.822	157.326
7	BARRA DA TIJUCA	147.021	146.392
8	COPACABANA	92.233	135.924
9	MARÉ	113.807	129.770
10	GUARATIBA	87.132	110.049

(IBGE- CENSO DEMOGRÁFICO DE 2010)

Entre os anos de 2000 e 2010, a Maré teve um crescimento de 14%. O bairro tem oferta regular de água, eletricidade, telefonia, coleta de lixo, asfalto em quase todas as vias e sistema de esgoto. Em alguns lugares, assim como no Parque Rubens Vaz, ainda não há um sistema de coleta de esgoto e 13% dos domicílios despejam seus dejetos sanitários em valas na rua.

Outro serviço básico que a comunidade não possui é a entrega das correspondências, devido à falta de definição de endereçamento postal (CEP). Em

alguns locais as correspondências são entregues na associação de moradores para posteriormente serem entregues por representantes dessas entidades.

Na área educacional, a Maré teve um crescimento significativo, em relação às escolas públicas, hoje com dezessete (17) da rede municipal, ofertando ensino fundamental, seis (6) espaços de educação infantil e creches públicas municipais, além de instituições privadas de pequeno porte, que atendem dos anos iniciais da educação infantil até os anos iniciais do ensino fundamental.

Entre os serviços ofertados pela rede municipal, onze (11) oferecem educação fundamental inicial (1º ao 5º ano), apenas uma (1) oferece os anos finais (6º ao 9º ano) e cinco (5), oferecem todo o ensino fundamental. Dentre as três (3) escolas da rede estadual, uma (1) oferta o 2º seguimento fundamental e o ensino médio, e as demais apenas o ensino médio no horário noturno. Duas (2) oferecem educação jovem e adulto (EJA), que não contempla toda demanda existente.

A organização do sistema de ensino brasileiro define que há idade e etapas para os anos de escolarização regular, tais etapas se organizam da seguinte forma:

- De 3 anos de idade é a etapa indicada para crianças na creche.
- De 4 e 5 anos têm a pré-escola como a etapa recomendada.
- De 6 aos 14 anos para o ensino fundamental, sendo de 6 a 10 anos para os anos iniciais (1º ao 5º ano) e de 11 a 14 anos para os anos finais (6º ao 9º ano).
- De 15 e 17 anos recomenda-se para o ensino médio como a etapa ideal.

O Censo Maré publicou em 08/10/19 que há época existiam 44 escolas na favela, na época do levantamento em 2013 era metade disso.

A taxa de analfabetismo entre pessoas com 15 anos ou mais chega a 6%, o que equivale ao dobro do índice da cidade do Rio de Janeiro, que soma 2,8%; 18,60% dos moradores completaram apenas o ensino fundamental, 18% o ensino médio, 8% nunca frequentaram a escola, e apenas 0,93% terminaram a graduação, 0,03% o mestrado ou doutorado. No total 53,47% dos moradores da Maré não chegaram a concluir o ensino fundamental.

TABELA 53 | PESSOAS, SEGUNDO A FREQUÊNCIA À ESCOLA, POR ETAPA ESCOLAR ALCANÇADA, COMPLETA OU INCOMPLETA

ESCOLARIDADE	TOTAL			FREQUENTA		NÃO FREQUENTA				
	HAB	%	% ACUMULADO (POSSUI AO MENOS)	HAB	%	TOTAL		CONCLUIU	NÃO CONCLUIU	SEM RESPOSTA
						HAB	%	HAB	HAB	HAB
TOTAL	139.073	100,0%	100,0%	38.820	27,9%	89.108	64,1%	35.294	52.554	1.261
PÓS-DOCTORADO	9	0,01%	0,01%	4	44,4%	5	55,6%	5	-	-
DOCTORADO	12	0,01%	0,02%	5	41,7%	7	58,3%	7	-	-
MESTRADO	44	0,03%	0,05%	20	45,5%	24	54,5%	23	1	-
ESPECIALIZAÇÃO (LATO SENSU)	62	0,04%	-	38	61,3%	24	38,7%	21	3	-
GRADUAÇÃO	3.224	2,3%	2,4%	1.651	51,2%	1.573	48,8%	1.207	366	-
MÉDIO	37.871	27,2%	29,6%	5.550	14,7%	32.321	85,3%	23.014	9.307	-
FUNDAMENTAL	78.231	56,3%	85,9%	24.362	31,1%	53.869	68,9%	11.009	42.860	-
PRÉ-ESCOLAR	4.159	3,0%	-	4.138	99,5%	22	0,5%	6	16	-
CRECHE	2.977	2,1%	-	2.974	99,9%	3	0,1%	2	1	-
NUNCA FREQUENTOU	11.145	8,01%	-	-	-	-	-	-	-	-
SEM RESPOSTA	1.338	1,0%	-	78	5,8%	1.261	94,2%	-	-	1.261

Entretanto, a leitura de dados sobre escolaridade sem levar em conta os diferentes grupos etários não é a melhor maneira de analisar a questão. Por isso, alguns resultados obtidos serão apresentados a seguir com a aplicação de filtros de idade. Quatro coortes serão detalhadas: (i) população com 15 anos ou mais, (ii) população com 18 anos ou mais, (iii) população entre 15 e 17 anos e (iv) população com 18 ou 19 anos.

(REDES DA MARÉ, 2020, p.62.)

A oferta da educação básica na Maré, ainda passa por muitas deficiências, a qualidade da educação oferecida às crianças e aos adolescentes, entre a creche e o ensino médio, continua sendo um problema grave que atinge todas as etapas, além disso, esses problemas decorrem de fatores externos e internos às escolas.

Outro problema é o alto índice de pessoas que não frequentaram a escola, a então precariedade da educação de jovens e adultos. Para além das deficiências comuns, na educação pública brasileira, as crianças da favela ainda enfrentam a política pública genocida com práticas notáveis de racismo e sob o discurso da guerra às drogas.

Na área da saúde a Maré possui: oito (8) postos de saúde, uma (1) clínica da família, uma (1) unidade de pronto atendimento, um (1) centro municipal de saúde, e (1) hospital, o Federal de Bonsucesso.

As unidades de saúde atendem os usuários de acordo com sua área de abrangência pelo território.

- Unidade de saúde Marcílio Dias: atende a população de Kelson's, Marcílio Dias e Mandacaru.
- Unidade de saúde 14 de julho: Moradores do Roquete Pinto e Praia de Ramos.
- Unidade de saúde vila do João: atende os moradores da vila do João.
- Unidade de saúde Salsa e Merengue: atende os moradores do Salsa e Merengue.
- Unidade de saúde Gustavo Capanema: atende os moradores da Vila do Pinheiro.
- Unidade de saúde Samora Machel: atende os moradores do Parque Maré.
- Unidade de saúde Hélio Smidt: atende os moradores do Parque União.
- Unidade de saúde do Parque União: atende os moradores do Parque União.
- Unidade clínica da Família Augusto Boal: criada em 2011, atende os moradores do morro do Timbau e da Baixa do Sapateiro e realiza o trabalho da unidade de saúde Elis Regina e Vicente Mariano.

A Maré também possui um variado comércio que começou a surgir combinando moradia e trabalho em um mesmo imóvel. Esses comércios se dividiam em armarinhos, bares, depósitos, oficinas mecânicas, salões de beleza etc. Tais empreendimentos viraram um intenso processo de construção fazendo da favela um território de reinvenção de trabalho e geração de renda.

A cobertura só foi dada como concluída quando alcançou o nível censitário. Ao fim, o Censo Maré contou 3.182 empreendimentos e realizou entrevista em 92,8% deles, isto é, em 2.953 estabelecimentos.

Esses comércios e práticas de trabalho sem relação formal de emprego refletem a menor empregabilidade da população local, em seus determinantes raciais, bem como a menor remuneração dos negros (as) no mercado de trabalho quando ocupam a mesma função (RIBEIRO, 2019; ALMEIDA, 2019).

O IBGE publicou indicadores apontando que famílias chefiadas por pessoas pardas e negras têm em média metade da renda per capita das famílias chefiadas por brancos.¹ Embora esteja se referindo a um contexto geral provavelmente esses dados dizem algo sobre a realidade da Maré.

NÚMERO DE EMPREENDIMENTO LEVANTADO POR PORCENTAGEM.

Comércio	1.948	66%
Serviços	983	33%
Indústria	22	0,7%
Total	2.953	100%

Nota: bares, restaurantes, pensões, lanchonetes e similares foram computados como comércio

(CENSO EMPREENDIMENTO MARÉ, 2013, p.39).

Os números acima se referem ao número de empreendimentos, destaca que as maiorias das atividades são de iniciativa dos próprios moradores, e que o investimento de médios e pequenos capitais é irrisório no bairro. O que nos leva a concluir que o número alto de empreendimentos congregados no comércio e serviços são atividades de sobrevivência, trabalhadores e trabalhadoras responsáveis pelas suas próprias condições de trabalho em proteção ou garantia ao trabalho.

¹BRASIL. **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil**. IBGE. Estudo e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica, nº 41. 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acessado em: 26/11/2020

Os números abaixo representam os empreendimentos desenvolvidos no território, sobre os principais serviços ofertados.

OS EMPREENDIMENTOS DA MARÉ SÃO DIVIDIDOS NOS SEGUINTESSERVIÇOS:

				Financeiro	
Restaurante/pensão Serviço	94 Nº	Móveis Serviço	15 Nº	Metalúrgica Serviço	6 Nº
Informática/ Games Bar	69 660	Perfumaria e Gráfica editora Cosmético	14 19	Relojoaria Transportadora	6 8
Estética/beleza Bazar	307 68	Aviário Posto telefônico	18 14	Ventiladores Frios / laticínio	8 5
Roupar Material/construção	216 67	Celulares Eletrodoméstico	18 13	Estacionamento Gás	7 5
Mercados Serralheria/vidraçaria	138 60	Filmes e DVD Pizzaria	18 12	Estofador Imobiliária	7 5
Lanche Padaria	131 54	Papelaria Recicláveis	18 12	Revelação Fotografia	7 5
Educação Veículos	44 130	Cama/mesa/banho Festa e eventos	10 17	Sex shop Banca de jornal	5 6
Refrigeração Salgados/Doces	39 127	Chaveiro Pet shop	10 17	Bolsas Empréstimo	4 6
Costureira	33	Academia de Ginástica	9	Descartáveis	4
Eletrônico	29	Açougue	9	Gelo e bebidas	4
Farmácia e drogarias	25	Ótica	9	Máquinas de lavar roupas	4
Bebidas	23	Peixaria	9	Marmoraria	4
Marcenaria	23	Produtos de Limpeza	9	Pipas e linhas	4
Armarinho	22	Tatoo/Piercing	9	Produtos naturais	4
Bicicletas	22	Dentista	8	Televisão	4
Sorvete	21	Produtos Nordestinos	8	Acessórios femininos	3
Calçados	19	Sapateiro	8	Água Mineral	3

Cesta básica	3	Turismo	2	Fogões	1
coco	3	Alfaiate	1	Fundição	1
Colchões	3	Ateliê artístico	1	Gesso	1
Decoração de ambiente	3	Auriculoterapia	1	Isolante térmico	1
Evangélicos (produtos)	3	Bateria de Automóveis	1	Jóias	1
Lavanderia	3	Brinquedos	1	Laje pré-fabricada	1
Material hospitalar e de laboratório	3	Casa lotérica	1	Letreiros e toldos	1
Médicos	3	CD E DVD Musical	1	Livros	1
Telemensagens	3	Churrasco	1	Manômetros	1
Assessoria jurídica	2	Concreto	1	Material para telefonia	1
Café	2	Contabilidade	1	Palete	1
Compressores	2	Cuidadora de Criança	1	Papel	1
Engenharia cartográfica	2	Equipe de Proteção individual	1	Pintura geral em	1

		(EPI)			
Frango assado	2	Equipamento de som e iluminação	1	Portões automáticos	1

		e palco			
Frete	2	Equipamentos para construção Civil	1	Produtos alimentícios	1
Importadora	2	Escadas em Madeira	1	Soldador	1
Maquinas de costura	2	Estaleiro	1	Som e autofalantes	1
Mecânica industrial	2	Estribo e Radier	1	Terras e plantas	1
Motores elétricos	2	Exames Laboratoriais	1	Transportes e coleta de resíduos	1
Motores marítimos	2	Farinha de trigo		Vassouras	1
Pescados	2	Ferragens	1	Veterinárias	1
Táxi	2	Fisioterapia	1	–	–
Tintas	2	Floricultura	1	–	–

(CENSO EMPREENDIMENTO MARÉ, 2013, p.68-69).

A variedade de comércio e serviços distribuídos na Maré, além de gerar empregos para os moradores do local, muito provavelmente morador empregando morador, nos remete e faz pensar que se empreender em um país que apresenta segundo a PNAD contínua do IBGE, o maior índice histórico de desemprego iniciado em 2012, de 14,4%, condiz com algum progresso.

O bairro possui uma forte ação social realizada pela ONG REDES DA MARÉ, que trabalha com a participação da comunidade, visando uma educação de qualidade, crescimento pessoal, rompimento com as barreiras do preconceito,

acesso aos direitos e participação na construção de política pública para as demandas encontradas no território.

Vários dados e estudos usados nesse trabalho partem dessa ONG e representam uma importante ferramenta para o estudo e conhecimento do bairro. A favela que resgata sua história e compreende seu presente pode exercer sua cidadania, lutar por direitos e contra o racismo e o machismo.

Apesar de o bairro contar com uma forte ação social do terceiro setor, que trabalha em parceria com várias instituições para fortalecer políticas sociais de educação local, o território ainda sofre com a Política de Segurança Pública exercida pelo Estado. A Maré conta com um batalhão que ocupa permanentemente uma área do bairro. Essa política foi implementada no governo do Pezão, sucessor de Sergio Cabral, com a pasta da Segurança ocupada por Beltrame.²

2ESTADÃO. **Beltrame anuncia instalação da 1ª UPP no Complexo da Maré em julho.** 2015. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2015/04/28/beltrame-anuncia-a-instalacao-de-4-upps-no-complexo-da-mare.htm>. Acessado em 26/11/2020 às 15:32

1.3 TIPOS PROJETOS OFERTADOS PELA ONG REDES DA MARÉ

Paralelo à análise da centralidade da família na proteção social como modo do Estado transferir suas responsabilidades que convergem sobre a mulher, devemos pensar a educação na perspectiva sócio econômica e desonerar a família como a principal responsável por provir educação aos seus membros, pensando na educação para além do seu aspecto formal e apontando para as múltiplas dimensões da vida.

Cabe analisar a diferenciação entre educação formal, aquela que se dá no muro da escola dentro de um currículo pedagógico, e a educação informal, que ocorre fora do currículo no processo da vida. O censo comum entende a cultura, arte e os esportes como atividades de lazer não levando em conta sua contribuição à formação do indivíduo. Lazer, este, que é até privilégio de classes mais abastarda, onde crianças não precisam trabalhar ou não tem a vida exposta à violência e frequentam essas atividades, muitas vezes pagas pela família.

Quando pensam em atividade de cultura, artes e esporte para a favela, em especial a população negra, a perspectiva é o futebol como forma de tirar a criança da "rua" afastar do crime e atender uma propensão natural dos negros que é aptidão ao futebol. Quando se trata de arte e música é colocar um pandeiro e um cavaquinho para o sujeito ter alguma perspectiva como pagodeiro. Imaginário racista e com enorme preconceito de classe, enquanto as classes médias e de predominância branca desfrutam do lazer de forma descompromissada, os pobres negros, quando tem acesso a tais práticas, se dá em uma perspectiva de sobrevivência.

A partir de uma concepção de educação mais abrangente, defendemos que tais práticas, para além do futebol e pagode, devam ser oferecidas à população tanto na perspectiva do lazer e da cultura para uma formação multilateral dos indivíduos. De forma a contribuir com a tomada de consciência de si, do mundo e contribua para resolução de seus problemas. Sobre os habitantes da favela as atividades têm que ganhar um acento relativo à questão racial como forma de resgate histórico, compreensão do racismo e modo de construir uma contracultura, a branquitude.

A família é incapaz de prover a totalidade dessas atividades para a formação multilateral dos indivíduos. Para além da ONG devemos pensar em formas de políticas sociais que ofereçam estas atividades à população. Desafogar a mulher de assumir quase que integralmente a formação educacional da família, indo além dos muros da escola. Cabe ressaltar que a formação cultural, artística e esportiva são necessidades para a formação dos indivíduos contribuindo com a formação de pessoas sensíveis, ricas de subjetivações humanas e que desfrutem dos elementos da cultura corporal.

É importante ressaltar que a família é incapaz de prover tais elementos pela mediação da mercadoria. Ao Estado cabe prover na forma de políticas sociais tais atividades, contudo, sua atuação é parcial, fragmentada e sem mediações com questões gerais. Além de não atender integralmente o indivíduo suas respostas são parciais e desarticuladas entre si que poderiam ter algum contorno com maior participação popular na formulação das políticas sociais.

A ONG Redes da Maré possui projetos nos eixos da Arte, Cultura, Memórias e Identidades, Desenvolvimento Territorial, Direitos a segurança Pública e Acesso a Justiça e Educação.

No eixo da Arte, Cultura, Memórias e Identidades existem os projetos: Maré a Céu Aberto, Mostra Maré de Música, Casa Preta da Maré, Fórum Permanente pela Igualdade Racial (FOPIR), Cia Marginal, Azulejaria, Mão na Lata, Escola Livre de Dança da Maré, A Escola de Cinema Olhares da Maré (ECOM), Núcleo de memória e identidades da Maré (NUMIN). Cada projeto tem sua especificidade, proporciona ao indivíduo um conhecimento da história e cultura, encontros inusitados de artistas diversos, eventos mensais e gratuitos, projetos com formação teórica, metodologias e política étnico-racial, visando enfrentar o racismo estrutural que caracteriza a sociedade brasileira, busca desenvolver estratégias e ações de diagnóstico, mobilização, comunicação e incidência política capazes de desenvolver debates amplos e democráticos aliando a educação a todos os projetos promovendo profissionalização e práticas sócio-educativas.

Já no Eixo de Desenvolvimento Territorial possui os seguintes projetos: Censo Maré, Maré de Sabores, Maré que Queremos, Maré Verde, Festival de Mulheres no Mundo, Maré de notícias, Casa das Mulheres, Espaço Normal, Maré de Beleza e..etc. Os projetos no eixo territorial oferecem capacitação, qualificação

profissional, oficina de gênero, empreendedorismo, reflexão sobre autonomia e autoestima papel que ocupa na sociedade. Ações coletivas e integradas que impactem diretamente na qualidade de vida dos moradores locais, assim como a educação socioambiental, com intuito de incentivar o plantio de mudas de árvores, promovem encontros onde são realizadas trocas de experiência e celebração de histórias lutas e conquistas.

No Eixo de Direito à Segurança Pública e acesso à justiça existem os projetos: Maré de direitos, Ação Civil Pública da Maré, “Somos da Maré! Temos Direitos”, Fórum Basta de Violência! “Outra Maré é possível...” “De Olho na Maré” Incidência Política em Segurança Pública, Falando Sobre Segurança Pública na Maré e Primeira Infância na Maré: Acesso a Direitos e Práticas de cuidado. O projeto oferece atendimento sócio jurídico, acolhimento e orientações para acesso à justiça e garantia de direitos, identifica e encaminha demandas coletivas dos moradores, promove articulação junto aos Conselhos de Direitos, Segurança Pública, Instituições Governamentais e não Governamentais, Defensoria Pública, Ministério Público.

O projeto propõe atividades de formação, produção de conhecimento, disseminação de saberes e construção de narrativas sobre segurança pública a partir das vivências e experiência do conjunto de favelas da Maré, trabalha com coleta de dados, de forma sistemática das informações sobre situações de violência nas 16 comunidades, principalmente em dias de conflitos armados decorrente da atual política de drogas e Segurança Pública no país.

Seu objetivo é protestar pelo direito da coletividade de um determinado grupo, construir espaços coletivos de escuta, proposta para enfrentar e agir de forma organizada, visando à qualificação das políticas públicas, com foco em conteúdos sobre o que é legal e ilegal durante as abordagens policiais.

Para alcançar tais objetivos, a Redes da Maré participa dos Conselhos de Direito, Segurança Pública, a nível local, estadual e nacional, na intenção de construir propostas para uma política de Segurança Pública na Maré e em outros territórios da favela, com perspectiva de valorização da vida e ampliação da cidadania dos moradores, priorizando fortalecer o diálogo e a parceria com gestores e trabalhadores da Defensoria pública e Ministério Público.

Na área da educação existem os projetos: escreva seu futuro, complementação pedagógica, conectando, curso de espanhol, curso de

DRYWAALL, curso preparatório para o 6º ano, curso preparatório para o ensino médio, curso de pré vestibular, educação de jovens e adultos, heróis contra dengue, nenhum a menos, programa jovem aprendiz Petrobrás e maleta futura juventudes.

Os projetos voltados para a educação buscam alfabetizar, desenvolver atividades sócio culturais, apoio social e emocional com assistente social para família, empoderamento digital, ampliação no conhecimento da informática para adolescente e adultos entre 14 e 29 anos, curso de espanhol, construção civil, preparatório para melhorar a qualidade do aproveitamento escolar, reforço e complemento do ensino regular com foco na redução da evasão escolar, pré-vestibular com encontro aos sábados, ampliação ao acesso a educação de qualidade através da TV, formação básica sobre arbovíros e para conhecimento e conscientização na redução de proliferação de mosquitos e taxa de infecção, fortalecimento dos vínculos entre alunos, famílias e escola, com viés na valorização do ambiente educacional, busca ativa para crianças que se encontram em risco de evasão escolar, parceria com empresas para promover qualificação nas áreas de eletricitista, manutenção industrial, mecânica de refrigeração, encanador predial, assistente administrativo e web designer, aulas de musica, audiovisual, teatro, dança, arte, jogos educativos para construção de debates.

Na Maré funcionam 30 escolas públicas com 15 mil estudantes em turno parcial. Segundo o Censo do IBGE de 2010, havia 20,3 mil moradores até 14 anos no complexo. Difícil acreditar, que em um complexo que tem vários projetos voltados para a educação, 30 escolas públicas, ainda encontram jovens, crianças e adolescentes fora escola, privado dos seus direitos constitucionais.

A frequência à escola é uma realidade de 27,9% dos moradores da Maré, dentre eles a faixa etária de 4 e 5 anos, cujo atendimento é correspondente à pré-escola, a taxa de não frequência na Maré é de 17,9%, na faixa etária de 6 a 14 anos tem 2,1% de evasão, e da faixa de 15 a 17 anos o resultado do censo Maré mostra 19,6% fora da escola.

Buscando entender o motivo dessa evasão escolar dentro da favela, e o desinteresse pelos projetos locais, nos deparamos com muitas vertentes, e percebemos que o desinteresse ocorre devido aos acontecimentos recorrentes nas favelas, violações no direito de ir e vir, guerra entre as facções locais,

dominação do poder paralelo, política de segurança pública ineficaz e o avanço de uma tecnologia seletiva e excludente.

2. COMO A VIOLÊNCIA NO TERRITÓRIO AFETA A EDUCAÇÃO.

Lamentavelmente, os confrontos nas favelas significam mortes, medo insegurança e suspensão das aulas. O conflito armado afeta o rendimento cognitivo, o rendimento escolar dos alunos e a atuação docente. O profissional, além de ter de se controlar emocionalmente, tem que desenvolver atividades estratégicas para acomodar as crianças de maneira que fiquem seguras sem riscos de serem atingidas por bala perdida.

Todavia, são as favelas os territórios mais vulneráveis diante das limitações e incompletudes das políticas sociais do governo, da notória concentração de renda e da propriedade urbana, dos interesses exclusivistas do mercado e da criminalidade violenta (CENSO EMPREENDIMENTO MARÉ, 2013, p. 19).

A guerra e comércio de drogas no território criam fronteiras no bairro delimitado pelas organizações criminosas dominantes que impedem os alunos e moradores de transitarem entre localidades do bairro. A rivalidade se dá pela disputa dos territórios, pontos comerciais, acordos com o Estado e fontes de drogas de armamentos com a imposição poder paralelo instituído.

Essa situação criou um regime perverso de separação de amigos, colegas e parentes. Além de coibir a circulação de pessoas, as fronteiras inibiram o uso de equipamentos e serviços públicos localizados em comunidades consideradas como adversárias por estarem sob o controle de uma facção rival. (CENSO EMPREENDIMENTO MARÉ, 2013, p. 20).

Como as linhas imaginárias se apresentam no território? São linhas que dividem a favela em três facções: Comando Vermelho (CV), Terceiro Comando Puro (TCP) e Milícias (extensão do Estado). Essas linhas proíbem que os grupos armados transitem no território das facções rivais, estendendo assim a rivalidade e a guerra entre elas, causando medo e insegurança dos moradores de transitarem pelos bairros vizinhos, ou seja, quem mora no comando vermelho tem medo de frequentar escola que está localizada no terceiro comando, essa insegurança engloba todas as regiões dominadas por facções criminosas dentro do território da Maré.

As redes criminosas nas favelas alimentavam seus negócios envolvendo a venda varejista de drogas ilícitas e, para proteção do mesmo, foram estabelecidas fronteiras de controle por cada facção em disputa. Além dos conflitos entre as facções rivais, os moradores da Maré estavam cerceados a não ultrapassar as marcas de delimitação do território criadas pelos narcotraficantes. (CENSO EMPREENDIMENTO MARÉ, 2013, p. 19).

O Jornal Folha de São Paulo publicou a seguinte matéria.

cotidiano

Violência fecha escolas e interrompe aulas em 93 de 100 dias no Rio



Além de matar e ferir, a violência tem impactos não imediatos, mas que vão sintetizar uma série de problemas na população.

Estudos mostram que “a capacidade de concentração da criança antes e depois de um conflito é totalmente diferente. Há consequências reais para o desenvolvimento das habilidades e para a capacidade de aprendizagem”, diz Bárbara pesquisadora da FGV (Fundação Getúlio Vargas) e uma das autoras de pesquisa da instituição que cruzou dados de violência com a localização das creches na cidade do Rio.

Em entrevista à Folha em 2015, o professor Brian Perkins, diretor do programa de Liderança em Educação Urbana da Universidade de Columbia, nos EUA, explicou o impacto fisiológico da violência nas crianças. “Quando a adrenalina entra no sistema, faz o córtex cerebral se desligar. É a parte mais primitiva do cérebro que passa a receber a maior parte das ondas cerebrais. Não é possível processar informações com essa parte. A linguagem, as habilidades processuais e analíticas todas ocorrem no córtex cerebral. Se a mente da criança está ligada ao medo e à sobrevivência ao longo do dia, ela não está pensando”, afirmou.



Dentre as 20 escolas localizadas em áreas de risco no Rio de Janeiro com maior índice de evasão escolar em 2016, o CIEP Samora Machel na Maré, ocupou a segunda posição com 106 do total de 821 alunos que desistiram de estudar devido à violência no local.

A violência no território além de prejudicar a capacidade de raciocínio compromete a qualidade do ensino, interrompendo os dias letivos das aulas.

Em decorrência dos confrontos, segundo monitoramento realizado pela “Redes da Maré”, as escolas locais ficaram fechadas por 25 dias em 2016, e 35 dias em 2017. Além da perda de aulas, a violência gera muita dispersão do trabalho educativo, potencializado pelo estresse, sofrimento e depressão, nos profissionais da educação, como para as crianças e seus familiares. A Secretaria de Direitos Humanos do SEPE-RJ emitiu nota sobre o adoecimento e afastamento dos docentes da sala de aula por várias questões, entre elas a violência do Estado na guerra às drogas.³

³ Disponível em: http://www.seperj.org.br/ver_sepedieese.php?cod_noticia=3479. Acessado em: 25/11/2020 às 21:35

2.1 ATUAÇÃO DO PODER PARALELO E DO ESTADO NO TERRITÓRIO.

O tráfico foi se constituindo como um mercado de drogas ilícitas que visa a obtenção de lucro e poder baseia-se no domínio e disputa por territórios por grupos armados de diferentes facções.

Na existência das grandes facções criminosas atuantes na favela da Maré, o que se vê são constantes guerras locais pelo controle dos pontos de venda de drogas. Nesse sentido, é importante destacar que essas guerras pelo controle do narcotráfico local não são boas para os negócios, já que, em regra, os maiores consumidores de substâncias ilícitas não residem no interior das comunidades e, conseqüentemente, é de se imaginar que os consumidores de drogas ilícitas procurem um ambiente no qual não corram riscos de vida, enquanto obtêm o produto de seu vício.

No final das últimas décadas as práticas ilegais e criminosas sofreram forte abalo, isso porque a milícia entrou nessa disputa por territórios ocupando os lugares menos protegidos com pouca influência do tráfico.

Mais recentemente, principalmente no final dos anos 1990, grupamentos milicianos também se fizeram presentes em algumas comunidades, exercendo o papel de controladores de atividades ilícitas, tais como o videopôquer, a ligação irregular de TV a cabo (“gatonet”), o transporte irregular e os “serviços” de segurança a comerciantes. (REDES DA MARÉ, 2020, p.20)

Cada facção atua no “seu” território como uma autoridade, eles cresceram através dos buracos deixados pelo Estado e ocuparam lugares abandonados por ele. Estabelece-se através de extremas carências. Legitima-se como um poder capaz de resolver os problemas existentes na comunidade. Os chefes das organizações criminosas, detendo o poder sob determinado território, atuam de maneira mais complexa frente à população local, oferecendo serviços básicos de maneira ilícita e obtendo lucro através disto. Eles agem em serviços simples com a intenção de alcançar praticamente todas as pessoas residentes na comunidade, como exemplo, controlar a venda de água, botijão de gás, serviços de internet e TV a cabo. Eles fornecem os serviços e cobram por isso através de carnês mensais e cobranças de porta em porta. Evidentemente, ninguém fica devendo ao traficante na comunidade. Assim, é possível ter grande retorno com serviços básicos, já que é de se imaginar que essas atividades geram milhões de reais por mês. O Estado, que

não disponibiliza estes entre outros serviços na favela, perde território cada vez maior para as facções.

O Estado só se faz presente através da precária saúde, educação e de Políticas de Segurança Pública, que por sua vez, age com ações punitivas, coercitivas e violadoras de direitos. Como nos mostra a filósofa Djamila Ribeiro, a segurança pública atua de forma racista e genocida:

O Atlas da Violência de 2018, realizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, revelou que a população negra está mais exposta à violência no Brasil. Os negros representam 55,8% da população brasileira e são 71,5% das pessoas assassinadas. Entre 2006 e 2016, a taxa de homicídios de indivíduos não negros (brancos, amarelos e indígenas) diminuiu 6,8%, enquanto no mesmo período a taxa de homicídios da população negra aumentou 23,1%. Segundo dados da Anistia Internacional, a cada 23 minutos um jovem negro é assassinado no Brasil, o que evidencia que está em curso o genocídio da população negra, sobretudo jovens (RIBEIRO, 2019, p45).

Em seguida, partindo de Abdias do Nascimento, nos define genocídio:

O genocídio do negro brasileiro, no qual afirma que genocídio é toda forma de aniquilação de um povo, seja moral, cultural ou epistemológica. Por nossa posição no arranjo geopolítico global, a produção de intelectuais negras brasileiras tende a ser muito menos difundida do que a de países como os Estados Unidos, causando atraso em debates que poderiam estar muito mais avançados. (RIBEIRO, 2019, p33)

O Estado atua no território de favela de modo a controlar e gerenciar a população aos ditames e imperativos da acumulação capitalista. Sua presença se dá pela via coercitiva em desproporção por sua via de atuação coesiva. O racismo institucional é inerente à prática da polícia como nos aponta o jurista Silvio Almeida:

Entretanto, algumas questões ainda persistem. Vimos que as instituições reproduzem as condições para o estabelecimento e a manutenção da ordem social. Desse modo, se é possível falar de um racismo institucional, significa que a imposição de regras e padrões racistas por parte da instituição é de alguma maneira vinculada à ordem social que ela visa resguardar. Assim como a instituição tem sua atuação condicionada a uma estrutura social previamente existente – com todos os conflitos que lhe são inerentes –, o racismo que essa instituição venha a expressar é também parte dessa mesma estrutura (ALMEIDA, 2019, P31).

O autor, em sua obra *Racismo Estrutural*, afirma a existência de níveis do racismo o subjetivo, o institucional e o estrutural. Basicamente esses modos de expressão do racismo, nó da questão social, permeiam toda a sociedade por ela se edificar sob o racismo. O exemplo óbvio é a formação do capitalismo na Europa que

se deu com base na pilhagem, roubo, genocídio, escravidão de povos em territórios da América, Ásia e África. A cultura, as instituições, direito e o Estado tem o racismo em sua própria estrutura. Esse ponto é necessário para caracterizar o Estado em sua atuação no território da de prevalência de pessoas negras. “Em resumo: o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural.” (ALMEIDA, 2019, P33).

O Estado não tem apenas seu modo de ser por seu processo genético ser racista, mas na manutenção e reprodução do racismo, por meio de suas instituições ele atua de modo que cada espaço da sociedade o objetive e reproduza de modo “natural”:

Dimensão institucional: por meio da regulação jurídica e extrajurídica, tendo o Estado como o centro das relações políticas da sociedade contemporânea. Somente o Estado pode criar os meios necessários – repressivos persuasivos ou dissuasivos – para que o racismo e a violência sistêmica que ele engendra sejam incorporados às práticas cotidianas; (ALMEIDA, 2019, p35)

E partindo de Foucault:

a emergência do biopoder inseriu o racismo como mecanismo fundamental do poder do Estado, de tal modo que “quase não haja funcionamento moderno do Estado que, em certo momento, em certo limite e em certas condições, não passe pelo racismo”(ALMEIDA, 2019, p71)

Silvio Almeida nos remete à presença e ausência do Estado quando isso determina se o indivíduo e a população deixam viver e morrer:

A soberania torna-se o poder de suspensão da morte, de fazer viver e deixar morrer. A saúde pública, o saneamento básico, as redes de transporte e abastecimento, a segurança pública, são exemplos do exercício do poder estatal sobre a manutenção da vida, sendo que sua ausência seria o deixar morrer. O biopoder, como Foucault denomina este modo de exercício do poder sobre a vida, é cada vez mais “disciplinar e regulamentador”. ”(ALMEIDA, 2019, p70)

Ele se faz presente na forma de política pública de segurança, e, ausente na saúde, saneamento etc., ou seja, na sua forma de manutenção e preservação da vida. Em outros termos podemos definir que sua presença é predominante a coerção e menor em seu modo coesivo. Ambos não se excluem,

mas se complementam e se determinam mutuamente para poder exercer a conservação da ordem social.

Desse modo, a raça e o racismo são: [...] a condição de aceitabilidade de tirar a vida numa sociedade de normalização. Quando vocês têm uma sociedade de normalização, quando vocês têm um poder que é, ao menos e toda a sua superfície e em primeira instância, em primeira linha, um biopoder, pois bem, o racismo é indispensável como condição para poder tirar a vida de alguém, para poder tirar a vida dos outros. A função assassina do Estado só pode ser assegurada, desde que o Estado funcione no modo do biopoder, pelo racismo. (ALMEIDA, 2019. p71)

O racismo criado, reproduzido e realimentado pelas práticas institucionais, pelos modos de formação das subjetividades através da cultura, meios de comunicação e padrões estéticos que fomentam e legitimam o genocídio da população negra, quando não é desse modo sua posição é segregação de pessoas negras como pessoas humanas.

Os moradores vivem constantemente sob o medo da ação coercitiva do Estado através da polícia para o controle do território e do “exército industrial de reserva” incorporado na guerra às drogas. A política de segurança pública deveria visar à preservação da vida, manutenção da ordem pública, meio ambiente, conservar a garantia da integridade das pessoas, do patrimônio, enfrentar e prevenir a criminalidade e a violência em todas as suas formas, porém ela se faz presente e se apresenta através de ações punitivas que na maioria das vezes resultam em violência física, invasões de residências sem mandados judiciais, recolhimento de pertences de moradores, cárcere privado, danos aos automóveis e outros objetos, assédios sexuais e ferimentos por arma de fogo, além de torturas e homicídios. Silvio Almeida caracteriza a ação e o modo do Estado do seguinte modo:

A ocupação colonial não pode ser entendida apenas como um evento restrito ao século XIX, mas como uma nova forma de dominação política em que se juntam os poderes disciplinar, biopolítico e necropolítico. A colônia como forma de dominação pode agora ser instituída dentro das fronteiras dos Estados como parte das chamadas políticas de segurança pública. (ALMEIDA, 2019. p75)

O território da favela se torna governado pelo Estado através da conjugação dessas três formas de poderes e integram as políticas públicas de segurança. A instituição da raça e o racismo entendido como modo de discriminação com base na raça para privilegiar determinado grupo racial em detrimento de outros assume a

forma da segregação espacial, da conformação dos negros(as) como ameaça, inimigos a serem combatidos. Tais mecanismos de criação desse imaginário se perpetuam pela mídia, cultura, instituições e etc. Segundo Silvo Almeida esse é o modo posto pelo racismo estruturado no Estado na forma de necropoder:

É aí que se revela o necropoder: nesse espaço que a norma jurídica não alcança, no qual o direito estatal é incapaz de domesticar o direito de matar, aquele que sob o velho direito internacional é chamado de direito de guerra. A peculiaridade do terror colonial é que ele não se dá diante de uma ameaça concreta ou de uma guerra declarada; a guerra tem regras, na guerra há limites. Mas e na ameaça da guerra? Qual o limite a ser observado em situações de emergência, em que sei que estou perto da guerra e que meu inimigo está próximo? (ALMEIDA, 2029 p73)

A seguir trazemos o levantamento de dados da Redes da Maré sobre a violação de direitos realizada pelo Estado. Os casos são apenas os atendidos pela ONG e representam uma defasagem com a realidade dada o medo e repreensão a população pela violência e ameaça policial:

CASOS DE VIOLAÇÕES DE DIREITOS ATENDIDOS PELA REDES DA MARÉ (52 PESSOAS COM 67 RELATOS DE VIOLÊNCIA)		
VIOLAÇÕES DE DIREITOS	NÚMERO DE RELATOS	% SOBRE O NÚMERO DE PESSOAS ATENDIDAS
MORTE DE PARENTES OU AMIGOS	10	19%
FERIDOS POR ARMA DE FOGO	8	15%
CÁRCERE PRIVADO	1	2%
DANO AO PATRIMÔNIO	7	13%
INVASÃO DE DOMICÍLIO	19	37%
SUBTRAÇÃO DE PERTENCES	4	8%
VIOLÊNCIA FÍSICA/TORTURA	7	13%
VIOLÊNCIA VERBAL/PSICOLÓGICA/ AMEAÇA	8	15%
ASSÉDIO SEXUAL	1	2%
DESAPARECIDOS	2	4%

(Boletim Redes da Maré, 2016)

Segundo dados do censo Empreendimento Maré:

“Os moradores da Maré experimentam, há mais de três décadas, uma situação extrema de vulnerabilidade frente à violência urbana. Grupos armados vinculados ao tráfico internacional de drogas e armas passaram a exercer controle territorial e a regular as relações sociais em diversas comunidades. [...]”(CENSO EMPREENDIMENTO MARÉ, 2013, p. 19).

2.2 A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA PROTEÇÃO, DESENVOLVIMENTO SOCIAL E EDUCACIONAL.

A família é entendida no contexto da vida social no artigo 226, da Constituição Federal do Brasil, que declara: “família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado”, endossado, assim, o artigo 16 da Declaração dos Direitos Humanos, que traduz a família como sendo o núcleo natural e fundamental da sociedade, e com direito à proteção da sociedade e do Estado. No Brasil tal reconhecimento se reafirma nas legislações específicas da Assistência Social – Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Estatuto do Idoso, e a própria Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, entre outras (PNAS/2004; p.41).

Para se garantir a proteção básica, no trabalho de atenção e/ou intervenção desenvolvido com as famílias, devem ser considerados, a sua singularidade, vulnerabilidade no contexto social, e a compreensão dos diferentes arranjos familiares, superando o reconhecimento de um único modelo baseado na família nuclear. Pode-se considerar família, um conjunto de pessoas unidas por laços consanguíneos afetivos ou de solidariedade como está presente na política de Assistência.

A Família desenvolve um papel de suma importância na vida social. Segundo a Política Nacional da Assistência Social (2004, p. 29) identifica-se que: [...] são funções básicas da família: prover a proteção e a socialização de seus membros; constituir-se como referências morais, de vínculos afetivos e sociais, de identidade grupal, além de ser mediadora das relações dos seus membros com outras instituições sociais e o Estado.

Estado e família constituem uma relação conflituosa, mesmo com a “parceria” entre Estado e família no estabelecimento da proteção social às crianças e pessoas

vulneráveis, a centralidade da família nas políticas sociais tem sido um meio para a responsabilização desta frente à questão social e no atual contexto de regressão do “Estado social”, sob ideologia neoliberal, de desoneração do Estado relativo às expressões da “questão social”. Esse mecanismo acaba por sobrecarregar a família com mais responsabilidades do que de fato se consolidar como parceria e possibilitar seu exercício da cidadania.

A família tem sido um meio de transferência das responsabilidades do Estado, como instância modeladora e de contenção de indivíduos “desajustados” que não se enquadram a uma determinada moral em contribuição a preservação da ordem pública. Mesmo que seu papel seja primário na socialização dos indivíduos isso não desonera o Estado como coloca a professora Garcia:

“Considera-se que as famílias, de um modo geral, mas especialmente as que vivem em condição de pobreza, não são responsáveis exclusivas pela socialização e vulnerabilidade de seus membros, bem como pelas conseqüências supostamente relacionadas a esta vulnerabilidade, entre elas a situação de rua, o uso abusivo de drogas e a situação de conflito com a lei”. (GARCIA, 2018, p.49).

A responsabilização da família tem assumido o aspecto de uma responsabilização da mulher à frente da família, primeiro; como o público majoritário do Serviço Social como a maior parte das representantes das crianças para os profissionais da educação, saúde e segundo; socialmente sob o enfoque moral privilegiando-as da responsabilidade sobre a questão familiar e dos “desajustes” de seus membros. A desresponsabilização do Estado e responsabilização da família tem seu enfoque na maior responsabilização da mulher sobre as expressões da “questão social”.

Os apontamentos da relação família e Estado devem desvelar a responsabilidade deste último em proporcionar das condições para que a família exerça suas funções da socialização primária, orientadora, acolhedora dos seus membros mais vulneráveis bem como prover o direito das crianças a convivência familiar que é entendida como direito pelo ECA. Nesse sentido, podemos mencionar a concepção familista que coloca a responsabilidade do bem estar na família alcançada através do mercado. Concepção compatível com as políticas sociais neoliberais, devendo o Estado intervir de modo focalizado e pontual quando a família “fracassa”, de modo a estimular a sociedade civil no restabelecimento da família, uma concepção privatista e privatizante de proteção social.

“Nessa perspectiva, implica reconhecer que a política social ao eleger a família como foco na destinação de recursos e serviços, sempre está elegendo também um determinado tipo de família e, conseqüentemente, ferindo o princípio da universalidade de direitos” (MIOTO; DAL PRA., 2018 p.6).

Entendemos que a família por si só no mercado é incapaz de suprir suas necessidades pela mediação da mercadoria, dos bens necessários a vida e a reprodução social. A ordem burguesa é incapaz de prover e atender as necessidades elementares da população global. Deste modo, devemos pensar em um modelo oposto de política social que assegure a família sua existência e o atendimento de suas necessidades como a educação, saúde e trabalho. “e a outra entende que, a capacidade de cuidado e proteção da família estão diretamente relacionadas ao cuidado e à proteção que lhes são garantidos através das políticas sociais, especialmente das políticas públicas” (MIOTO, 2003, p.3).

Sendo assim, é imprescindível a ação das políticas públicas para assegurar a família, que vá além do enfoque, não só responsabilizando as famílias, mas limitando a ação das políticas sociais ao eleger um modelo de família como alvo da ação interventiva. “o fortalecimento de possibilidades de convívio, educação e proteção social, na própria família, não restringe as responsabilidades públicas de proteção social para com os indivíduos e a sociedade.” (GARCIA, 2018, p.35).

Deste modo, a família é uma instituição que deve ter sua existência assegurada pelo Estado para então poder realizar suas responsabilidades como família que como está presente na Constituição Federal de 1988. Algo que deve ser ressaltado é qual família deve estar assegurada, no sentido de qual definição deve ser considerada de família, além do padrão nuclear e heteronormativo como a que se encontra no PAIF: “Entende-se por família todo núcleo de pessoas que convive em determinado lugar, durante um período de tempo, e que se acham unidas por laços consangüíneos, afetivos ou de solidariedade” (BRASIL, 2004, p.5).

A ação estatal deve trabalhar com essa definição ampliada que vai além da questão legal, sanguínea, do mero determinante de renda de modo a preservar laços e aspectos afetivos na garantia dos direitos das crianças. Outra questão propositiva é o trabalho integral com as famílias de modo não só a focar nas demandas apresentadas pela mulher, mas de modo a contemplar o contexto mais amplo de determinadas famílias. Superar o suposto enfoque na família que recai no

indivíduo mulher e ampliar o leque de atuação através da inserção da família na rede.

Outro aspecto é qual a intervenção do Estado na família, e em especial a do Serviço Social. Ao pensar a família como central para a proteção social devemos ter em mente que se trata da família pobre, na sua maioria gerenciada por mulheres, que são perpassadas por uma série de expressões da “questão social” como território de exceção sob controle do tráfico e de intervenção repressiva do Estado como é o território da Maré. O frequente parecer comum de problemas psicossociais serem fruto de famílias desajustadas como disserta a professora Joana Garcia:

“crença na família, como responsável pelo caráter e conduta social de seus membros, combinada com certa suspeita em relação às famílias pobres sobre sua capacidade de proteger e transmitir valores positivos, ainda são concepções associadas às formas contemporâneas de trabalho com famílias, constituindo uma referência híbrida de proteção com controle e disciplinamento moral” (GARCIA, 2018, P.37).

Além de evitar a concepção de desajuste com a família pobre, essas questões não estão restritas às famílias pobres, devem se evitar ações de cunho moralizante na sua atuação. A propositividade é um levantamento mais completo e integral da família para a possibilidade de um atendimento dentro de suas demandas e necessidades, e não de uma postulação moral e ajustamento da família. Superando a concepção tradicional de família, que de fato seja um meio que possibilita a seus membros cuidado, bem estar e mediação para o exercício da cidadania:

“Em lugar de uma visão da família idealizada, própria do modelo burguês que define a composição e a função social dos seus membros, considera-se família como uma instituição social, permeada por valores que podem ou não indicar proteção, estimular o respeito intra e extra familiar, fortalecer as conexões dos indivíduos com os demais segmentos da sociedade”. (GARCIA, 2018, p.49).

A família ser ou não meio para a proteção social é responsabilidade do Estado, é dele o dever da sua garantia para esta poder exercer a função mediadora de proteção social na relação do indivíduo e sociedade.

Pontuamos então uma ação integral com a família segundo um levantamento de suas condições em um enfoque amplo como território, cultura, infraestrutura, gênero, raça e uma série de determinantes para sua existência. Trabalho com a

rede de modo a conferir uma integração das ações, e não apenas ficar restrito à questão educacional, visto que é necessário ter uma série de condições atendidas para poder pensar e estudar. Respeitar e acolher os diversos arranjos familiares, e se determinada família está tendo garantias do Estado para a sua função social, sempre evitando e repudiando ações idealizadas de cunho moralista, responsabilizadora da família pela sua situação material e ideal de vida.

O papel da família é muito importante para o desempenho cognitivo de seus filhos. A vida em família talvez contenha “elementos estruturadores”, que podem facilitar uma ordem cognitiva nas crianças e adolescentes, facilitando uma harmonia entre a autoridade dos pais e a autoridade escolar que pode estimular a produção de conhecimento, não é apenas por uma questão de acesso a recursos. Trata-se aqui de efeitos de longo prazo que devem ser considerados no processo de socialização dentro da família.

“Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos “referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária” (ECA, 1990 p.16).

Aos pais pertence a prioridade do direito de escolher a orientação educacional aos filhos, portanto, a permanência de todos os alunos na escola implica em considerar a questão da diversidade, diferença e desigualdade existente na sociedade brasileira. O artigo 2º da Lei de Diretrizes e Bases - LDB de 1996 registra que:

“A Educação, dever da família e do Estado, inspirado nos princípios da liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.(ECA, 1990).

No Capítulo IV do estatuto da Criança e do Adolescente está escrito:

“Art. 53.” A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, as segurando-se-lhes:
I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;” (ECA, 1990).

No entanto, a igualdade de acesso e permanência a educação, não se faz presente no território de favela. As famílias faveladas encontram grandes dificuldades de acessar esse direito. A forte desigualdade da oferta educacional no país contribui para que alunos desmotivados façam um cálculo (consciente ou inconsciente) a respeito do retorno da educação para suas vidas. Permanecer na escola por mais tempo, porém em uma rede de ensino precária com problemas de funcionalidade e convivência pode não proporcionar um retorno posterior que justifique, para aquele aluno, o esforço de permanecer na escola.

O desinteresse dos alunos pela escola estaria associado à falta de sentido da escola para eles. Se a criança ou o jovem não se identifica com a escola, se a sua família não coloca o estudo no topo de suas prioridades, se os estudantes não se sentem parte do contexto escolar, se eles se sentem vítima de violência explícita ou simbólica, se eles se sentem desrespeitados ou se simplesmente não conseguem antever nenhum benefício significativo advindo do processo educativo, a educação não faz sentido para eles.

É importante ressaltar que no contexto da favela o desinteresse vem acompanhado de muitos fatores que contribuem para o despreço pela escola. Os alunos e as famílias enfrentam dificuldades distintas no seu cotidiano, em um cenário de muita violência que não tem assistência do Estado. O território possui muitos projetos interessantes que são ofertados pelas Organizações Sociais, que podem contribuir positivamente para o desenvolvimento do indivíduo fazendo-o se ver como um sujeito de direito, fortalecendo a educação. A educação é uma atividade transformadora e possui efeitos multiplicadores em várias áreas do desenvolvimento humano que engloba não somente uma educação para valores, mas também de uma educação de valor, proporcionando indivíduo o domínio dos conhecimentos necessários para que ele tenha subsídio para exercício da sua plena cidadania. Contudo, no esforço de enfrentar o conjunto de condições desfavoráveis que conduzem crianças e adolescentes ao fracasso escolar, no contexto da favela, tornou-se permeável a ação profissional de diferentes técnicos e é nesse movimento e neste recorte da prática social que situamos a intervenção do serviço social através das organizações sociais, junto às famílias e suas demandas emergentes.

3. O SERVIÇO SOCIAL NA CASA DAS MULHERES

3.1 APRESENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO.

Neste Capítulo, faremos referência à atuação do Serviço Social na instituição Casa das Mulheres na favela da Maré (REDES DA MARÉ), ressaltando como surgiu, o seu contexto histórico, a sua trajetória, como esta instituição atua hoje na sociedade, e apresentaremos o relato de uma experiência vivenciada no contexto do estágio, nosso cotidiano profissional como estagiárias de Serviço Social e os principais desafios enfrentados, que foram à base para a articulação deste trabalho.

Os dados e a descrição da Casa das Mulheres na favela da Maré foram recolhidos durante nossa atuação como estagiárias na instituição. A oportunidade surgiu através da parceria da NIAC/ESS/ UFRJ/REDES da MARÉ/CASA DAS MULHERES DA MARÉ, buscando atender a demanda das alunas trabalhadoras que estavam com dificuldade de estagiar em horário comercial (segunda à sexta), muitas delas encontrava-se com risco de serem jubiladas. As aulas aconteciam todos os sábados das 9h às 17h, uma experiência incrível, que além ajudar as alunas trabalhadoras a cursar a disciplina obrigatória, foi de suma importância para concluir o curso.

A Casa das Mulheres encontra-se no eixo de desenvolvido territorial da ONG Redes da Maré. A Redes de Desenvolvimento da Maré é uma instituição da sociedade civil que trabalha na produção de conhecimento, desenvolve projetos e executa ações para contribuir com as políticas públicas na melhoria de vida dos moradores das 16 favelas da Maré.

A Redes de Desenvolvimento da Maré foi criada pelo comprometimento dos seus fundadores junto com movimento comunitário no conjunto da favela e na cidade do Rio de Janeiro. O projeto de criação da Redes teve início no ano 1997, a partir de uma iniciativa de moradores e ex-moradores provenientes das 16 favelas que formam a Maré e de outras localidades da cidade do Rio de Janeiro. O grupo se organizava para participar de movimentos sociais e comunitários que visavam lutar por direitos básicos como educação, saúde, cultura, saneamento, iluminação

pública, segurança, dentre outros. A maioria dos componentes desse grupo faz parte dos de 0,5% que conseguiram acessar a universidade local.

A instituição procura desenvolver projetos dentro de cinco eixos: Arte, Cultura, Memórias e Identidade, Direito à Segurança Pública e Acesso à Justiça, Educação e Desenvolvimento Territorial.

O Eixo Arte, Cultura, Memórias e Identidades têm como missão registrar as memórias passadas e atuais das 16 favelas e dos moradores, fortalecer a identidade local, contribuir para uma visão menos estereotipada ou preconceituosa do bairro e seus habitantes, reduzir a questão da violência como é vista pelo estado e pela população do “asfalto”. Sua atuação baseia-se no conceito de que a experiência artística desenvolve um território subjetivo de cada sujeito, expandindo sua capacidade de compreender, fantasiar, criar e agir no mundo. Motiva e articula ações continuadas que conciliam formação, criação e propagação das artes na Maré, garantindo espaço de liberdade artística nos locais como o Centro de Artes da Maré, a Biblioteca Popular Escritor Lima Barreto e a Lona Cultural Municipal Herbert Vianna, em parceria com artistas e coletivos empenhados com processos pedagógicos de educação artística.

O objetivo do Eixo de Direito à Segurança Pública e Acesso à Justiça visam superar as normas utilizadas na Política de Segurança Pública, que utiliza do enfrentamento contra grupos civis armados de maneira repressiva e impetuosa que resulta em mortes de inocentes e violação de direitos. A proposta é que todos os moradores percebam e reivindiquem a Segurança Pública e o acesso a Justiça enquanto direito, motivando a mobilização dos moradores em parceria com instituições, órgãos governamentais e não governamentais, com propósito de modificar a realidade e a atuação do Estado nos atuais moldes próximo do que Silvio Almeida nos demonstra como necropolítica.

O Eixo de Educação está ligado à origem da Redes de Desenvolvimento da Maré, se faz presente em todos os projetos, na qualificação profissional dos moradores da Maré e no projeto de ampliação de possibilidades escolares. O projeto educacional amplia as possibilidades de acesso às escolas e às universidades, proporcionando reflexão sobre o mundo à volta do indivíduo, auxiliando na superação das dificuldades históricas existentes na favela, buscando mudanças estruturantes no território.

O Eixo Desenvolvimento Territorial busca ampliar a qualidade de vida e bem-estar da população da Maré. Através de estudo e levantamentos de dados é possível buscar uma maior articulação entre as redes, incentivar figuras representativas, instituições locais e desenvolver um trabalho capaz de garantir ferramentas para ampliação de políticas públicas nas regiões locais, possibilitando a ampliação de parcerias para um desenvolvimento sustentável.

O Eixo de Desenvolvimento Territorial cria ações multidisciplinares e está em constante interação com os demais eixos. Trata-se de uma incansável busca para inteirar os moradores na construção de um projeto local de desenvolvimento e ações consolidada que impactam diretamente na qualidade de vida dos moradores da Maré.

Neste eixo encontra-se o projeto Casa das Mulheres da Maré, nesse espaço foi realizado estágio em serviço social, no período de dois (2) anos. Nesse período foi possível transitar pela favela, conhecer suas especificidades, refletir sobre todas as coisas boas que acontecem no território, derrubar preconceitos, imagens estigmatizadas, atuar em movimentos, ações sociais e principalmente participar da implementação do projeto “Aluna/Mãe presente” que foi de onde saiu a idéia da elaboração do presente trabalho. A casa é um espaço concebido para fomentar o protagonismo das mulheres na sua totalidade (negras, brancas, pardas, casadas, viúvas, divorciadas, amigadas ou solteiras, trabalhadoras de instituições ou do lar, heterossexuais, homossexuais, bissexuais...) da região, contribuindo para a melhoria da condição de vida das mesmas e de todos que estão a sua volta.

A Casa das Mulheres foi inaugurada em outubro de 2016, é a concretização e reconhecimento da história da luta das mulheres nos movimentos sociais por infraestrutura no território da Maré desde a década de 80 possui quatro (4) andares, fica localizada na Rua da Paz, Parque União, um espaço de troca entre as instituições locais, públicas e privadas, que buscam parcerias e articulações que atendam à área dos direitos das mulheres, visando transformações no seu cotidiano. Seu objetivo é incentivar a organização coletiva e a participação política das mulheres moradoras da Maré.

A Casa possui diferentes frentes de trabalho, tais como qualificação profissional, enfrentamento da violência as mulheres, atendimento sócio jurídico e psicológico e a articulação territorial para criação de uma agenda positiva nas políticas publicas para

as mulheres. Ela é também um espaço de troca com as instituições locais públicas e privadas para a construção de novas parcerias e articulações na área dos direitos das mulheres. Há ainda pesquisas e levantamentos que visam transformar em dados o cotidiano das mulheres da Maré e assim, a médio e longo prazo, oferecer mais serviços ajustando e qualificando as políticas específicas para elas neste território.

A Casa oferta curso de gastronomia e cabeleireiro para a qualificação profissional, com a intenção de promover a geração de renda das mulheres, ações de formação e informações sobre questões de gênero, questão racial e o enfrentamento da violência contra elas, além de dispor de atendimento jurídico, psicológico e social. A disparidade salarial entre homens e mulheres é um dos elementos do machismo e contribui com a violência contra a mulher.

3.2 A IMPLEMENTAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA CASA DAS MULHERES

O processo de implementação do Serviço Social começou em fevereiro de 2017, cuja funcionalidade era emancipar, organizar coletivamente e politicamente as mulheres da Maré, contribuindo para o exercício da cidadania delas, fortalecendo a rede de proteção e direitos sociais, no combate aos tipos de violência relacionados à classe, gênero e raça que as mesmas enfrentavam.

Portanto, são realizadas ações que viabilizavam a promoção, defesa e acesso aos direitos da cidadania das mulheres com equipes interdisciplinares, buscando ampliar as políticas públicas para elas, dispondo de um espaço de acolhimento e orientação sócio jurídica para acessar a justiça, bem como direitos sociais, encaminhando aos órgãos responsáveis.

O profissional de Serviço Social dentro da instituição tem o papel de operador de direito, de orientar e informar, esclarecer sobre a proteção contra todo tipo de violência, informando-as da possibilidade de denúncia do seu agressor em caso de qualquer tipo de violência, para que possa ser iniciado um processo criminal encaminhando para o atendimento sócio jurídico e de lá são encaminhadas ao

CRAS, a Delegacias, Defensoria Pública e a instituições que atendem mulheres que sofrem violência.

Assim, entendemos que o Serviço Social, já historicamente institucionalizado, é considerado como uma “especialização do trabalho coletivo, dentro da divisão sócio técnica do trabalho, participe do processo de produção e reprodução das relações sociais” (IAMAMOTO, 1999, p. 83).

Como ações da profissão, temos as seguintes ações:

- Espaço de estudo, estágio e extensão.
- Plantão Social e assessoria sócio jurídica
- Oficinas de Educação em Direitos Humanos e Roda de Conversa sobre violência de gênero e raça.
- Articulação Social.

3.3 METODOLOGIA DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL.

Na instituição, o processo de grupo é um instrumento bastante utilizado através de dinâmicas específicas como rodas de conversa e oficinas. As mulheres têm a possibilidade de socializar suas experiências, resgatar sua auto estima se encorajando mutuamente a saírem da situação que as aprisionam. Essas rodas de conversa são conduzidas por profissionais de diferentes segmentos, estreitando uma relação interdisciplinar com a psicologia e o direito. O trabalho em conjunto articulado com outros profissionais amplia a visão da realidade e facilita o diálogo e soluções estratégicas para a demanda do indivíduo, onde nenhum saber sobrepõe o outro.

Segundo Follari: “O pensamento crítico que inspira esta discussão leva ao aprofundamento da compreensão sobre esta relação, colocando como de fundamental importância a definição da prática que se pretende relacionar à teoria” (FOLLARI, 1995b).

As relações integradoras entre teoria e prática contribuem para a construção transformadora no interior de uma sociedade capitalista auxilia para melhor atender o indivíduo: “Desta forma, a prática exige a reflexão teórica, é a superação da ação

não pensada pela prática concreta, refletida, a ação concreta pensada” (SAVIANI, 1991).

O Serviço Social atua na área da assistência social, onde as mulheres que estão em situação de violência são encaminhadas a programas de proteção social como a Lei Orgânica de Assistência (LOAS) entre outros. Esta lei garante uma renda mínima, notavelmente insuficiente, para o sustento da mulher e de seus filhos, nestes casos sendo solicitada através do CRAS (Nelson Mandela), que atende a localidade com intuito de ofertar o Programa de Atenção Integral às Famílias (PAIF). Nessa área, o profissional de Serviço Social também atua na formulação, execução e gestão de políticas públicas e sociais.

Os profissionais de Serviço Social têm como objetivo construir formas de intervenções teóricas, práticas e críticas para não legitimar valores individuais dominantes presentes na sociedade, e posicionados para que a ética não se faça presente somente no discurso e ausente nas reflexões e na intervenção profissional, alicerçada em concepções teórico-metodológicas críticas e concretas, além de uma postura investigativa, assumindo um compromisso ético-político com o usuário e com a qualidade dos serviços prestados.

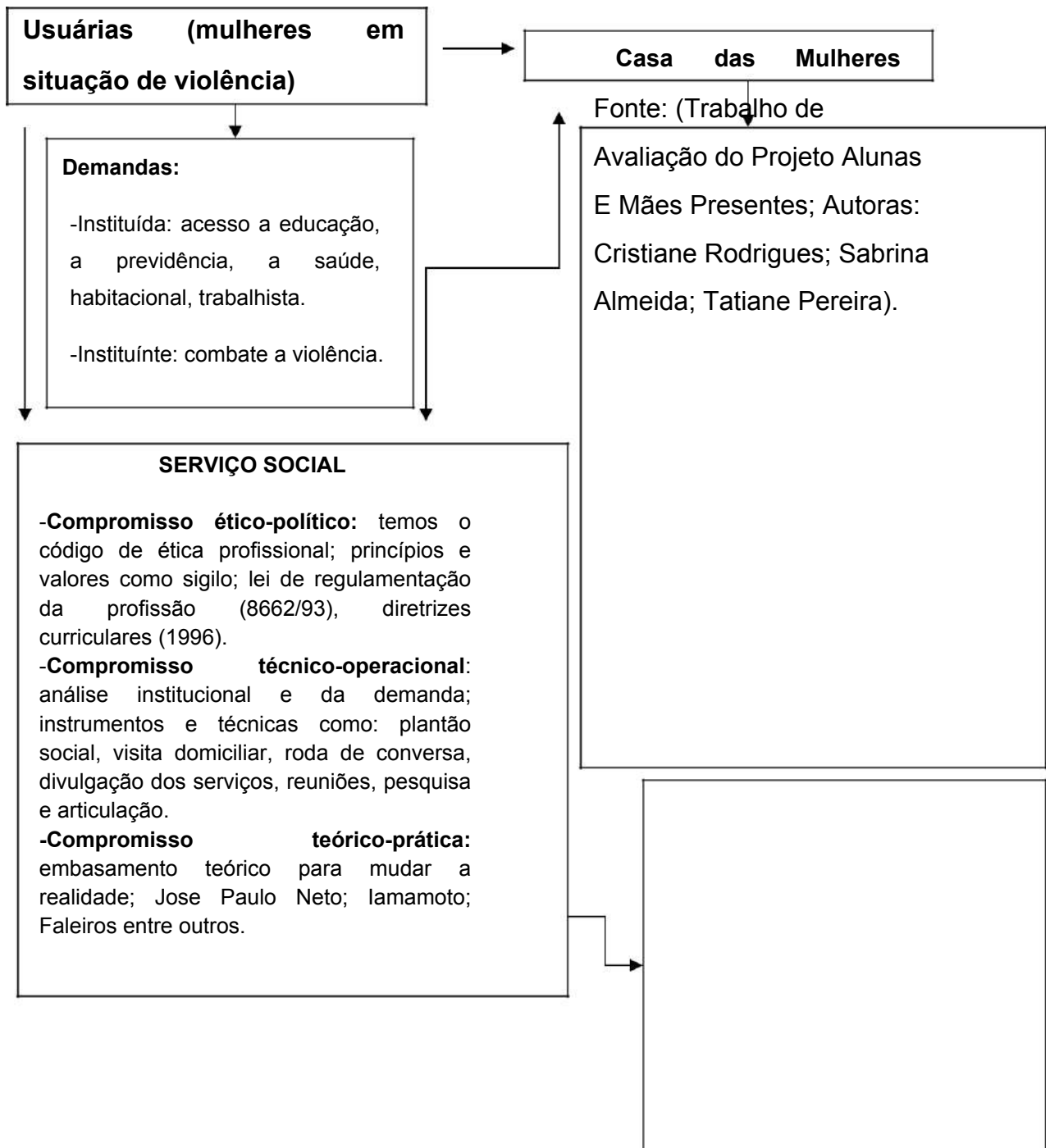
O projeto profissional do Serviço Social é denominado como projeto ético político profissional. Todo projeto profissional tem uma dimensão ética que pressupõe normalizações como aquelas que estão postas no Código de Ética do assistente social, reconhece a liberdade como centro desse projeto: “uma liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais.” (NETTO, 1999).

Ainda segundo Netto (1999), a dimensão política dos projetos profissionais está no fato desses estarem vinculados a projetos societários maiores que envolvem o conjunto da sociedade. Esta dimensão tem como princípios à equidade, justiça social, ampliação da cidadania, através da garantia dos direitos civis, políticos e sociais da classe trabalhadora, assim como, a democratização enquanto socialização da participação política e socialização da riqueza produzida.

A efetivação do projeto ético-político é um grande desafio tendo em vista que o dia-a-dia da prática profissional enfrenta contradições e limites, sendo ainda uma possibilidade, pois possuem uma estrutura dinâmica, renovando-se e modificando-se de acordo com as transformações econômicas, históricas e culturais.

O grande desafio posto à profissão pelo projeto ético político é a “materialização do princípio ético na cotidianidade do trabalho, evitando que se transformem em abstratos descolados do processo social”. Assumir esse projeto significa a opção política de contrapor-se ao projeto neoliberal, indo além da sua própria particularidade e constituir-se como um ser humano-genérico. A incorporação dos valores democráticos e de cidadania é um caminho para a efetivação deste projeto de forma coletiva.

3.4 SISTEMATIZAÇÕES DO PROJETO DE INTERVENÇÃO DAS DEMANDAS DAS USUÁRIAS



-Políticas Sociais : Política Nacional de Enfrentamento; Política Nacional de Assistência Social; SUS; Política de Segurança; Programa de Direitos Humanos

-Redes de Serviços:: assistência social, previdência, justiça, saúde, segurança pública entre outros.

-Redes de apoio: fundações, associação de moradores, liderança local, familiares e amigos das usuárias.

-Redes de proteção: Ministério Público, DEAMs, Casa de Abrigo, defensoria pública, juizado de violência doméstica, CRAS, CREAS e Centro de Referência de atendimento à mulher.

Projeto Institucional:desenvolver arte, cultura e desenvolver ações para atender as demandas e informar os direitos das usuárias

Política Pública e Marco Legal:

O Estado deve elaborar, implementar e efetuar ações que garantam direitos as mulheres. Temos medidas: atendimento nas DEAMs, central de atendimento 180, bem como legislação: lei Mª da Penha (11340/2006), lei do feminicídio (13104/2015).

Os atendimentos às mulheres visavam esclarecer e encaminhar as mulheres para setores que atendam à demanda referida, respaldada na Lei Maria da Penha, 11340/2006, Lei do Feminicídio 13104/2015 e outras Legislações que inibem todo e qualquer tipo de crime; seja ele virtual, violência doméstica e familiar, garantia atendimento policial e pericial especializados ininterrupto, prestado preferencialmente por servidores do sexo feminino, notificação compulsória dos casos de violência contra a mulher que forem atendida em serviço de saúde pública ou privada, crimes contra a dignidade sexual, atendimento obrigatório e integral a vítimas de violência sexual, direitos humanos, etc.

Em relação a educação é importante salientar que esta violência no território compromete a frequência escolar, o aprendizado resultando em reprovações e futuras evasões comprometendo a conclusão da escolaridade. Apenas 37,6% da população completou o ensino fundamental e a metade desses não foram além.

TABELA 52 | PESSOAS POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE COMPLETO



ESCOLARIDADE	TOTAL		
	HAB	%	% ACUMULADO
TOTAL GERAL	139.073	100%	-
PÓS-DOUTORADO	5	0,004%	0,00%
DOUTORADO	11	0,008%	0,01%
MESTRADO	28	0,02%	0,03%
GRADUAÇÃO	1.290	0,93%	0,96%
ENSINO MÉDIO	25.031	18,00%	18,96%
ENSINO FUNDAMENTAL	25.866	18,60%	37,56%
SEM ENSINO FUNDAMENTAL	74.359	53,47%	-
SEM RESPOSTA	1.338	0,96%	-
NUNCA FREQUENTOU ESCOLA	11.145	8,01%	-

(CENSO DA MARÉ, 2020, p.71).

Segundo o Censo da Maré, 29,6% dos moradores chegaram ao ensino médio, 14.857 (10,7%) sem finalizar esta etapa.

TABELA 53 | PESSOAS, SEGUNDO A FREQUÊNCIA À ESCOLA, POR ETAPA ESCOLAR ALCANÇADA, COMPLETA OU INCOMPLETA

ESCOLARIDADE	TOTAL			FREQUENTA		NÃO FREQUENTA				
	HAB	%	% ACUMULADO (POSSUI AO MENOS)	HAB	%	TOTAL		CONCLUIU	NÃO CONCLUIU	SEM RESPOSTA
						HAB	%	HAB	HAB	HAB
TOTAL	139.073	100,0%	100,0%	38.820	27,9%	89.108	64,1%	35.294	52.554	1.261
PÓS-DOCTORADO	9	0,01%	0,01%	4	44,4%	5	55,6%	5	-	-
DOCTORADO	12	0,01%	0,02%	5	41,7%	7	58,3%	7	-	-
MESTRADO	44	0,03%	0,05%	20	45,5%	24	54,5%	23	1	-
ESPECIALIZAÇÃO (LATO SENSU)	62	0,04%	-	38	61,3%	24	38,7%	21	3	-
GRADUAÇÃO	3.224	2,3%	2,4%	1.651	51,2%	1.573	48,8%	1.207	366	-
MÉDIO	37.871	27,2%	29,6%	5.550	14,7%	32.321	85,3%	23.014	9.307	-
FUNDAMENTAL	78.231	56,3%	85,9%	24.362	31,1%	53.869	68,9%	11.009	42.860	-
PRÉ-ESCOLAR	4.159	3,0%	-	4.138	99,5%	22	0,5%	6	16	-
CRECHE	2.977	2,1%	-	2.974	99,9%	3	0,1%	2	1	-
NUNCA FREQUENTOU	11.145	8,01%	-	-	-	-	-	-	-	-
SEM RESPOSTA	1.338	1,0%	-	78	5,8%	1.261	94,2%	-	-	1.261

Entretanto, a leitura de dados sobre escolaridade sem levar em conta os diferentes grupos etários não é a melhor maneira de analisar a questão. Por isso, alguns resultados obtidos serão apresentados a seguir com a aplicação de filtros de idade. Quatro coortes serão detalhadas: (i) população com 15 anos ou mais, (ii) população com 18 anos ou mais, (iii) população entre 15 e 17 anos e (iv) população com 18 ou 19 anos.

(CENSO DA MARÉ, 2020, p.72).

Concentrando o foco no corte de 15 a 17 anos (7.162 pessoas com idade declarada), os resultados são os seguintes:

- 1,3% concluíram o ensino médio, não ingressaram no ensino superior;
- 42,2% ingressaram no ensino médio, ainda não concluíram a etapa;
- 2,2% completaram o ensino fundamental, não ingressaram no ensino médio;
- 53,6% ingressaram no ensino fundamental e ainda não concluíram a etapa;
- 0,3% sequer ingressaram no ensino fundamental;
- 0,5% não tiveram a escolaridade declarada.

A frequência escolar é uma realidade de 27,9% dos moradores da Maré, mas é marcante o quadro de evasão escolar a partir da adolescência. Na faixa etária de 6 a 14 anos, a Maré tem 2,1% de crianças fora da escola, o que está abaixo dos 3,1% verificados na cidade em 2010, segundo o Censo do IBGE. No entanto, o grande déficit se encontra no atendimento dos 4 aos 17 anos, o qual figura como constitucionalmente obrigatório desde 1947. Enquanto a cidade tinha 6,6% alunos fora da escola no ano de 2010, a Maré ainda aparece com 8,1% em 2013. Na faixa

etária de 4 e 5 anos, cujo atendimento é correspondente à pré-escola, a taxa de não frequência na Maré é de 17,9%, ao passo que na cidade era de 12,0% em 2010. Na outra ponta, enquanto os resultados do Censo Maré mostram 19,6% dos adolescentes entre 15 e 17 anos fora da escola, o Censo do IBGE totalizou 13,4% em 2010. Comparativamente a média de evasão escolar da Maré é maior do que a do Estado.

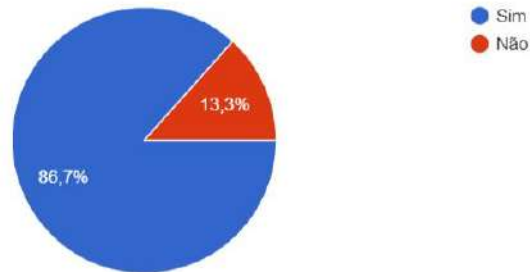
Outro fator que se apresentou como um problema para muitas famílias, que tem contribuído para a evasão escolar, é o sistema de inscrição on-line (Matrícula fácil). A Matrícula fácil RJ, está disponível em vários municípios do estado, sua proposta é facilitar a inscrição para o ingresso escolar e a troca de colégio para estudantes da rede pública municipal e estadual.

Essa nova tecnologia tem dificultado a vida das famílias, essa situação se agrava quando as escolas estão inseridas dentro da favela, esse sistema tem se apresentado seletivo e excludente, ao mesmo tempo em que seleciona uma unidade escolar, dependendo do local, o aluno é impossibilitado de acessar, ou seja, quando não seleciona uma escola muito distante de sua residência, aloca a criança em uma escola onde predomina uma facção diferente seu bairro. As facções possuem rivalidades, vivem em constantes confrontos, e trazem grandes prejuízos para a população local. A seleção também ocorre com quem pode ou não pagar, para, além disso, encontramos muitas mães analfabetas que não fizeram matrícula dos filhos por não saberem ler, escrever, e muito menos manusear um computador.

Durante as visitas domiciliares na favela da Maré muitas famílias sinalizaram que o método de inscrição on-line tem causado muitos transtornos, além da dificuldade de realizar matrículas, é necessário ficar acompanhando seleção para não perder a vaga, sem contar que são três opções de escolas, na maioria das vezes, a criança não é alocada na primeira opção, que seria a escola desejada. As escolas desejadas geralmente são as próximas da residência onde as famílias podem contar com um vizinho ou familiar que possa levar e buscar criança, sobretudo longe da facção que possui rivalidade com seu território. Buscando entender como funciona esse sistema, foi realizada uma breve consulta, pelo *Google Form* de perguntas e respostas on-line, para uma análise superficial da situação em questão e opinião das famílias sobre a matrícula fácil. Trinta (30) pessoas responderam ao estudo realizado. (foi realizado por vocês?)

Você conhece o Matrícula Fácil?

30 respostas

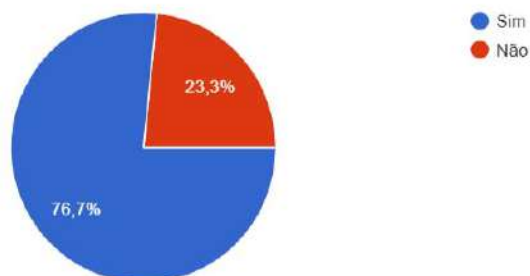


Fonte?

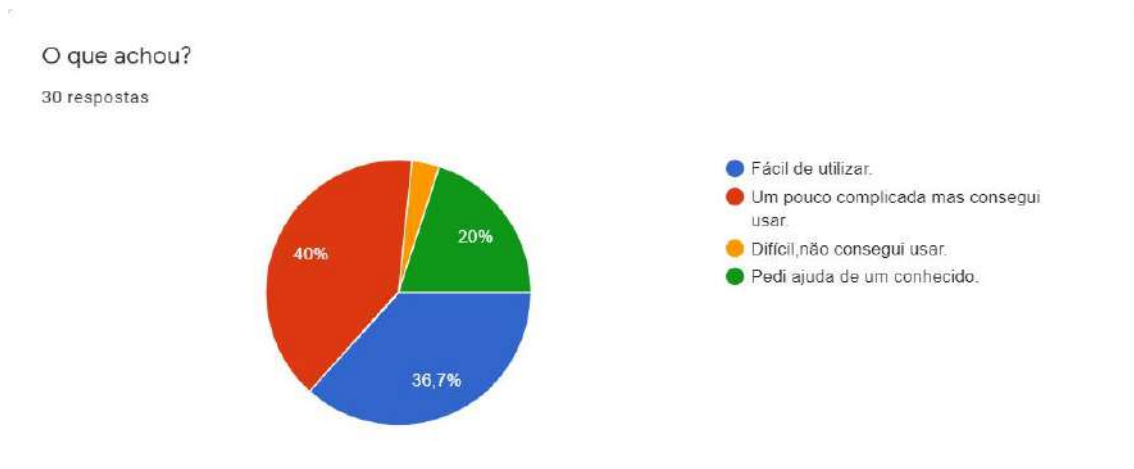
Muitas pessoas conhecem o sistema, porém tem dificuldade de acessar, essa dificuldade tem ocasionado a não realização da inscrição e muitas crianças têm ficado fora da escola.

Já utilizou essa nova tecnologia da matrícula fácil?

30 respostas



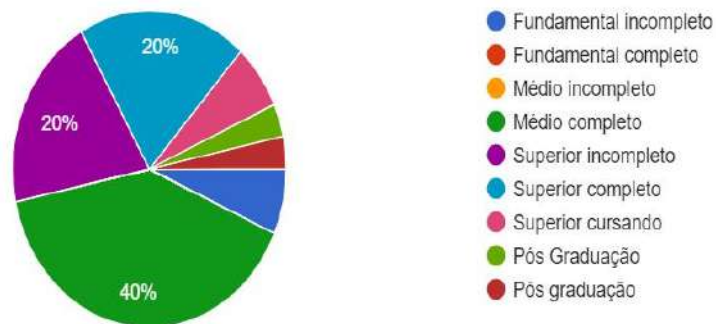
Vinte e três (23), cerca de 76,7% dos entrevistados, já utilizaram essa ferramenta, e sete (7), em torno de 23,3%, não utilizaram. As pessoas que não utilizaram, fizeram inscrição em rede privada, no qual a inscrição é feita na própria instituição onde o indivíduo tem condições de pagar, podendo escolher a melhor educação para o filho. Lamentavelmente, quem não pode pagar enfrenta uma luta diária para conseguir inserir seu filho na escola e ter seu direito garantido.



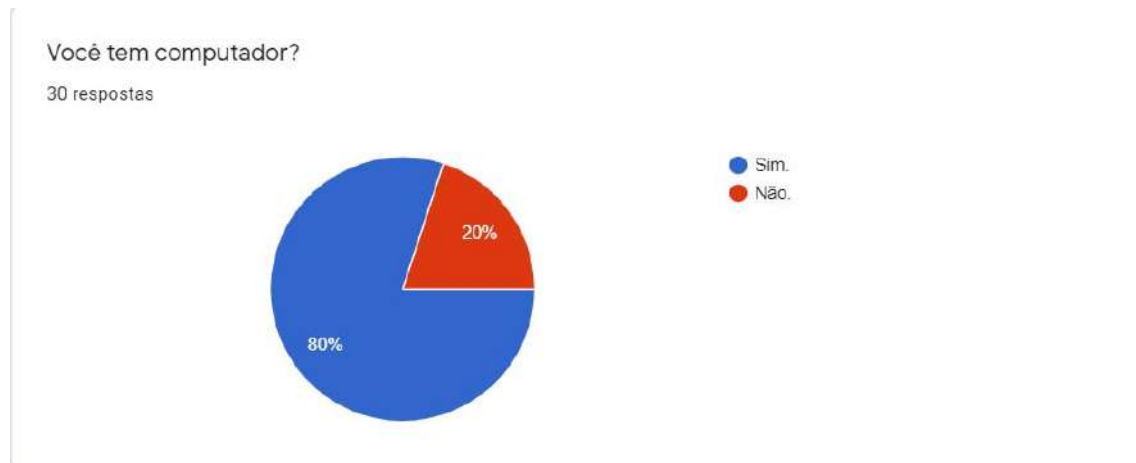
Transformando essa porcentagem em números, cerca de 11 (onze) pessoas acharam o sistema fácil de utilizar, 12 (doze) acharam um pouco complicado, mas conseguiu usar, 1 pessoa achou difícil, e as outras 6 (seis) pediram ajuda de terceiros.

Escolaridade.

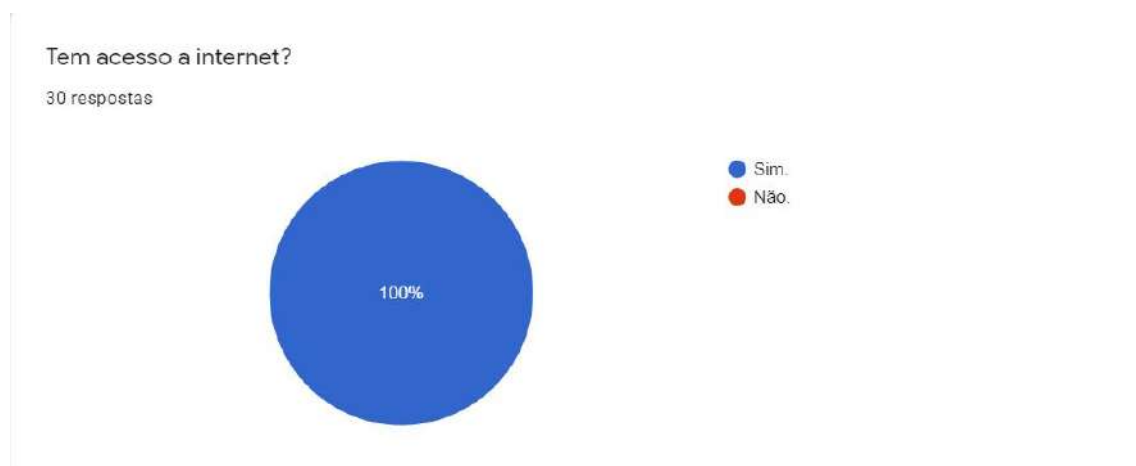
30 respostas



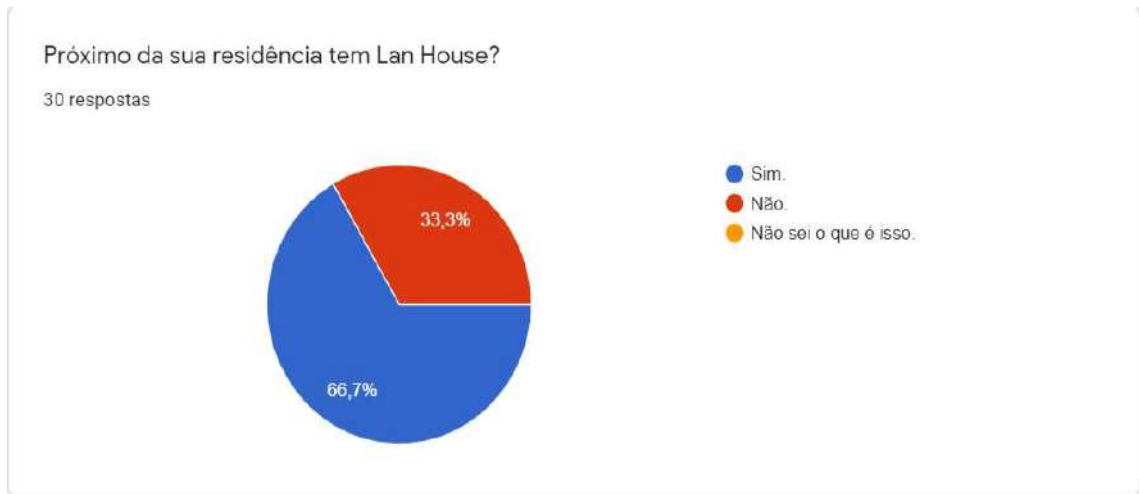
O gráfico acima apresenta o nível de escolaridade de cada entrevistado, sendo: 6,7% nível fundamental, 40% nível médio, 20% superior incompleto, 20% superior completo, 6,7% estão cursando nível superior e 6,6% possui pós-graduação.



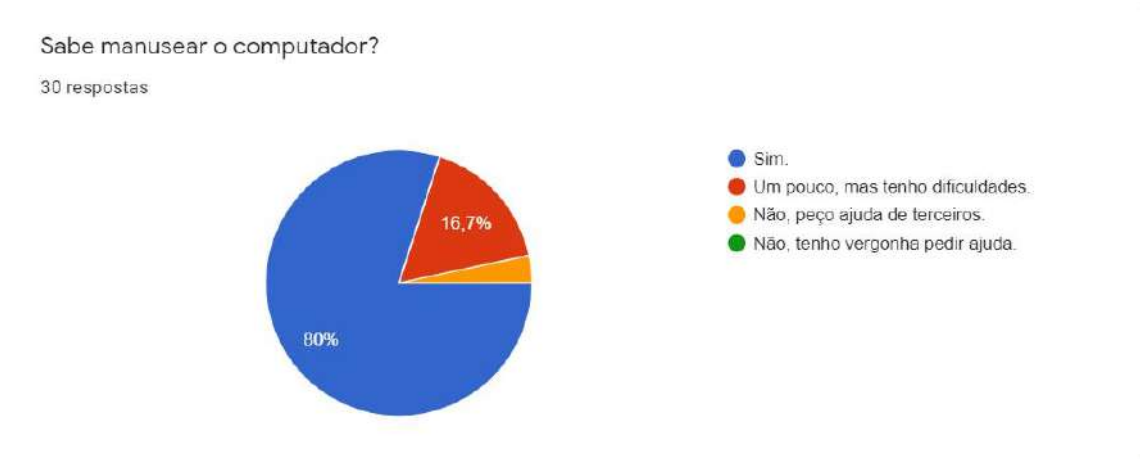
Cerca de vinte e quatro (24) pessoas possuem computador, torno de 80%, e apenas seis (6) não possuem, os 20%. Se for considerar entre as pessoas que responderam ao estudo, torno de 53,3% estão entre o nível de escolaridade de superior completo, incompleto e pós-graduação, e os outros 40% já concluíram o ensino médio, esse número é até compreensivo. O computador é uma ferramenta indispensável para vida acadêmica do discente.



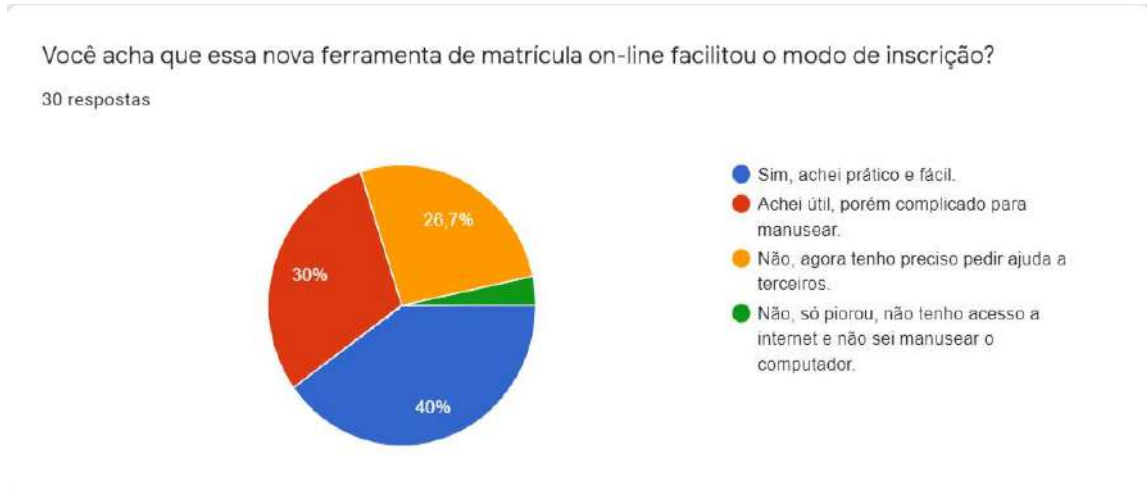
Apesar do acesso à internet ser 100%, muitos possuem internet no celular para acessar a rede social, *WhatsApp* e pesquisas no Google. A questão é: mesmo com a tecnologia na palma da mão, o acesso à matrícula on-line, através do celular, apresenta muito erro e inviabiliza a conclusão da inscrição.



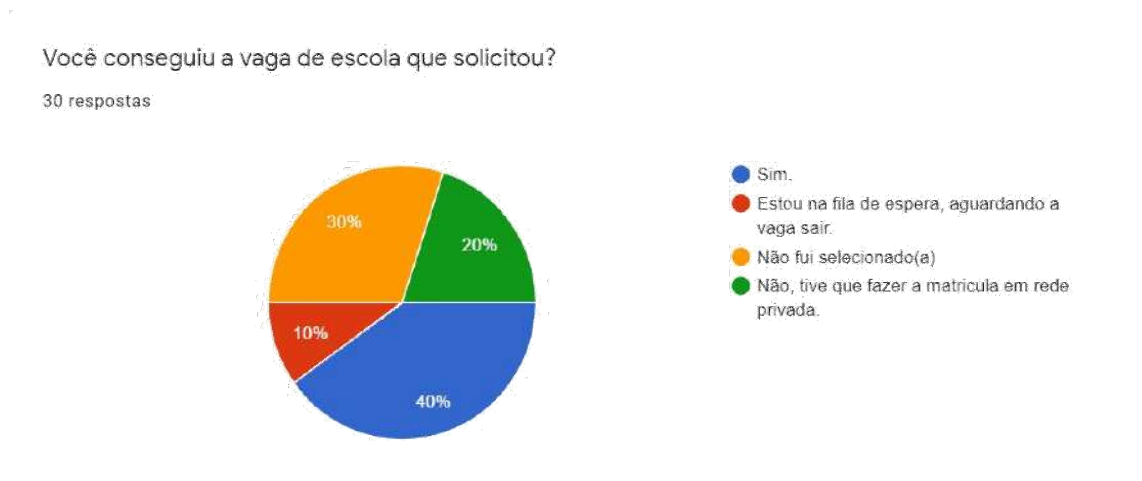
Já as pessoas que não possuem computador, e precisam utilizar a *Lan House*, a situação fica um pouco pior, a inscrição é feita no modo on-line precisa acompanhar o resultado, o problema ocorre quando o indivíduo não domina essa tecnologia, ele precisa pagar para o funcionário da *Lan House* fazer a inscrição e pagar novamente para fazer o acompanhamento.



É importante salientar que a questão não é saber manusear o computador, e sim, discutir quais alternativas e estratégias estão sendo ofertadas para os que têm dificuldades, para os que pedem ajuda a terceiros, como essa pequena parcela da população está tendo sua demanda atendida e seu direito garantido.



A tecnologia virtual é uma ferramenta muito útil, porém é preciso pensar como essa tecnologia tem se apresentado para classes menos favorecidas, e principalmente para as pessoas que tem baixo nível de escolaridade. Doze (12), cerca de 40% das pessoas, acharam que facilitou nove (9), 30%, acharam útil, porém complicado, oito (8), 26,7%, agora precisa de ajuda de terceiros, e 3,3%, uma (1) pessoa, achou que piorou. É preciso pensar nas pessoas que agora precisam de ajuda de terceiros, certamente, esses 26,7%, não estão entre as pessoas de classe média alta, muito menos solicitando ajuda para realizar matrícula na rede privada.



Esse gráfico mostra um dado interessante, das trinta (30) pessoas que responderam ao estudo, doze (12) conseguiram vaga, três (3) estão na fila de espera aguardando a vaga sair, nove (9) não foram selecionados, seis (6) não conseguiram a vaga, e matriculou a criança em rede privada. A questão é; as pessoas que não foram selecionadas e que não tem condições de matricular em rede privada, como fica a situação delas? É importante reforçar que o sistema

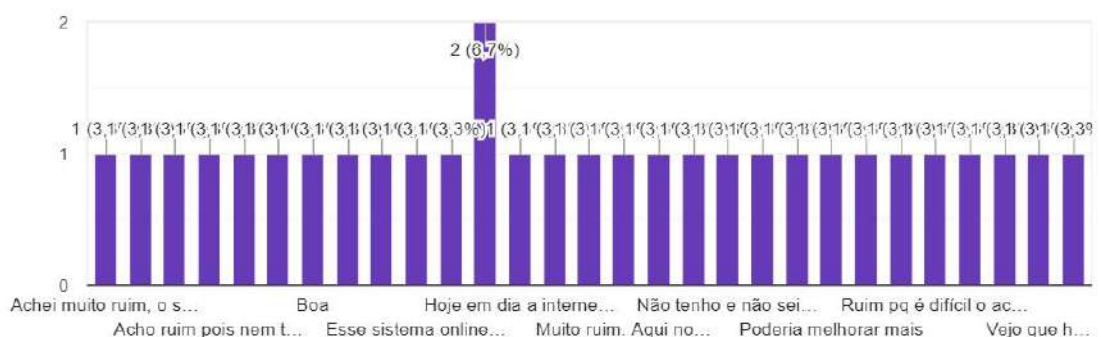
decide em quais escolas as crianças serão alocadas, essa seleção tem ocasionado muitos problemas de ausência escolar, as famílias que não conseguem a vaga nas escolas próximas de suas residências, e são alocadas em área dominada por facção diferente do seu local de moradia, sentem insegurança em ultrapassar para o território da outra facção e isso as impedem de frequentar as aulas, ocasionando o crescimento da evasão escolar.



Avaliação das famílias em relação à eficiência do programa: 36% consideram o sistema muito ruim, só veio para dificultar. 26,7% acham bom, porém complicado. 13,3% acham bom, manuseia com facilidade, 16,7% acham excelente. 3,75% pedem ajuda de terceiros e 3,75% acham o sistema falho. Podemos dizer que 30% dos entrevistados avaliaram o sistema como bom e/ou excelente, e nos outros 70% estão as pessoas que acharam ruim ou encontraram dificuldade para acessar.

Explique em poucas palavras, o porque você acha essa tecnologia muito boa ou muito ruim.

30 respostas



O quadro abaixo destaca informações sobre a opinião da população em relação ao sistema de inscrição da matrícula on-line.

Opinião da população em relação ao Sistema

Ju	Ruim, pois quem não tem acesso ao computador e à internet, dificilmente consegue uma vaga na escola que deseja ser matriculado.
Ca	Acho ruim, pois nem todo mundo tem acesso à Internet ou sabe manusear um computador.
Na	Não tenho e não sei usar computador
Vr	Eu tenho dificuldades socorro tive que pedir ajuda para uma pessoa.
Jo	Não atende a todos.
Va	Muito ruim. Aqui no município do RJ selecionamos 5 opções de escola, porém quando há o "sorteio" a criança contemplada ocupa 5 vagas, ou seja, ela é selecionada para as 5 opções, mas só pode se inscrever em uma opção. As outras 4 vagas só são disponibilizadas depois que a criança é matriculada na creche de sua preferência, o sistema não retira ela da lista, enquanto isso as outras não selecionadas permanecem na fila de espera. Um processo seletivo muito falho.
Fe	Achei muito ruim, o site muito pesado, trava toda hora, sempre dando erro na página.
Ga	Vejo que há muitas pessoas que não sabe manusear o site, muitas pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade social que necessita da escola, entretanto, se esbarrar com esse sistema dificultador, pois vejo muitas pessoas leigas nesse

	processo de matrícula.
Me	Acredito que para quem tenha habilidade com tecnologia, internet banda larga e instrução como eu, este sistema pode ser útil e prático, mas, levando em consideração a parte majoritária da sociedade que é público da educação público o acesso e o manuseio pode ser uma problemática, uma vez que, tem datas para realizar as inscrições,
	data para acompanhamento e isso implica ter que ter acesso contínuo a internet e no mínimo saber mexer no sistema. E a realidade da população é acesso limitado a internet, muitas pessoas não tem computador e nem sabe mexer na internet. Seria interessante se disponibilizassem postos e profissionais para este fim.
Su	Acredito que seja boa para quem tem acesso de internet e computador. Ruim para os que não possuem acesso.
Ve	Otimização de tempo.
Ro (respondeu duas vezes ao estudo)	2 Facilitou a matrícula e não existe mais as tais "preferências de vagas"
Lu	Boa pelo fato de ser prática.
Jh	Trouxe bem mais acessibilidade às famílias que não têm flexibilidade de horário.
M	Não conheço a ferramenta!
Vi	Poderia melhorar mais.
Re	Ruim porque é difícil o acesso, trava site congestionado, e qual o critério usado pra ser

	selecionado pra ganhar uma vaga, tentei ano passado e não consegui e gente de outros lugares conseguiram. Acho que precisam fazer um site mais acessível, mais fácil.
Mc	Só é ruim porque grandes partes das pessoas não conseguem fazer a matrícula online! Não é tão fácil
	e muitas vezes o passo a passo não e prático.
Ta	Acho que acaba dificultando a quem não tem acesso à internet.
Lr	Ela é boa, pois não tem a fila nas escolas, porém nem todos tem acesso à internet nem tampouco sabe manusear a mesma.
Js	Ruim. Pois tenho que ficar a mercê dos outros por conta de nem conseguir abrir o site. Ficar a madrugada acordada pra ser contemplada uma vaga e no final o nosso filho não e contemplado na rede, sem contar que não tem vaga nas redes municipais.
Jc	Muito ruim
Lc	Hoje em dia a internet nos proporciona ter um amplo acesso a vários tipos de conteúdo e é simples e prático de usar além de rápido também.
Jt	Boa
Ad	Muito ruim, pois além de fazer a matrícula, tem que comparecer na escola, poderia resolver tudo na internet. Muito Retrógrado.
SM	Acho que nem todas as pessoas têm computador e nem internet. E outra não sabe usar.
Jn	Esse sistema online dificultou o acesso à escola,

	uma vez que nem todos têm familiaridade com plataformas digitais, ou até mesmo Internet. E esse acesso se transforma em um problema de entrada na escola se pensarmos naqueles menos privilegiados, tornando a escola pública mais uma vez segregadora. Além desses problemas a
	plataforma em si é péssima, mal administrada, o site não comporta o volume de usuários e sempre acaba travando, o que é péssimo já que estamos falando de um processo com datas limite para inscrição. Se o site não funcionar para você durante a data limite você simplesmente não pode fazer nada, além de esperar uma nova fase, que pode trazer ansiedade e transtornos, já que pode não haver mais vagas nas escolas preferidas dos alunos e responsáveis.
Cd	Não vejo dificuldades em usá-la.
Me	É difícil manusear, mas o maior problema é não poder optar pela escola.

Analisando as respostas na tabela percebe-se que até as pessoas que têm um nível avançado de escolaridade encontraram dificuldades para acessar esse sistema. A tecnologia é uma ferramenta central para comunicação contemporânea, o problema é que a inovação tecnológica, ao mesmo tempo em que aproxima as relações interpessoais, exclui as pessoas que não possuem instrução e poder aquisitivo para acessar equipamentos e serviços de internet. Dentro do território da favela essa situação fica um pouco mais complicada, pois nem todos têm computador e acesso à internet.

Os dados do Censo Maré mostram que apenas 42,4% dos domicílios possuem computadores, índice bastante inferior à região metropolitana do Rio de Janeiro que em 2013 apresentava 62,2% dos domicílios com equipamentos de informática como consta a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) de

2013, do IBGE. No período da coleta, o acesso à internet alcançava 17.515 domicílios, que corresponde a 36,7% do total. Na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, porém, havia, acesso à internet em 56,1% dos domicílios com serviço de internet segundo a PNAD de 2013. Certamente esse alcance já é maior, considerando que o acesso à internet no país vem crescendo ininterruptamente (Censo Maré, 2020 p.95).

A incapacidade de ampliar a oferta do serviço com qualidade e custos mais acessíveis, além de fazer com que o acesso à internet fique abaixo da média regional, exclui uma parcela da população que não tem subsídios financeiros para acessar o serviço e ausência de suporte para as famílias realizarem a matrícula através do sistema de inscrição on-line, acarretando a não inclusão das crianças nas escolas, inviabilizando seu direito à educação formal.

Dentro da perspectiva do desenvolvimento humano, a educação é a maneira pela qual um indivíduo adquire não somente conhecimentos, mas habilidades para a vida, contribuindo para a autonomia das pessoas, sua participação na sociedade, suas escolhas, sua formação crítica e ética. A educação é o principal meio de mobilidade do indivíduo entre as classes. Nesse sentido, a educação não é apenas instrumental, preparando para o mercado de trabalho, mas também importante em si mesma, ajudando as pessoas a tomarem decisões sobre as questões relativas à totalidade de sua vida.

A educação pode ser vista como um conjunto de práticas que amplia o entendimento das pessoas sobre si e sobre a realidade, para as possibilidades de desenvolvimento dos indivíduos e da coletividade sobre suas capacidades, possibilidades presentes e possíveis na sociedade e oferece meios de combate à violência. A violação de direitos e o risco de vida representam barreiras concretas ao acesso à educação, contribuindo com o aumento e concentração da pobreza no bairro e nas favelas, o que por sua vez, alimenta o ciclo vicioso da violência, já que níveis maiores de desigualdade social estão intimamente relacionados aos níveis de violência em determinada sociedade. É um ciclo vicioso, além de matar e ferir, a violência traz consequências irreparáveis que prejudicam a capacidade de concentração e aprendizagem do aluno e, futuramente, o produto é um cidadão excluído da construção e participação social, com a violação de direitos básicos como o ir e vir, e, à vida.

A questão da violência afeta os professores, os alunos e principalmente as famílias que não têm com quem deixar os filhos quando as aulas são suspensas. O conflito, além de deixar as crianças sem aulas, deixa os pais sem poderem ir trabalhar. O Estado através das medidas de segurança pública alimenta e reproduz esse ciclo de segregação, extermínio da população pobre e negra em territórios favelizados.

Alunos e professores em territórios vulneráveis no Rio vivem rotina de portas fechadas, aulas interrompidas e o processo de aprendizagem prejudicado. Fechar a escola mais cedo por causa de tiroteios é um dos reflexos mais visíveis da falta de segurança. Assim como os dias letivos suspensos devido a operações policiais na área.

Segundo Boletim Direito à segurança pública na Maré, realizado pela ONG Redes da Maré, devido aos confrontos armados e operações policiais no ano 2017, foram 35 dias sem aulas, cerca de 17,5% a menos do que os 200 dias letivos obrigatórios.

A violência afetou 467 escolas de diferentes regiões da cidade em 2017 em pelo menos um momento do ano, cada uma dessas unidades não pôde abrir, de acordo com a Secretaria Municipal de Educação (SME). (Fonte: novaescola.org.br)

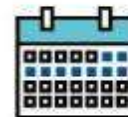
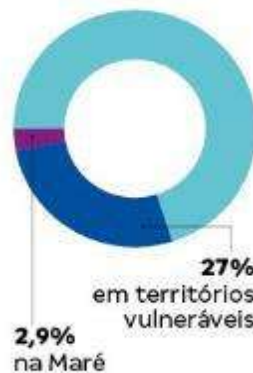
ENSINAR EM ÁREAS DE CONFLITO

Operações policiais mudam rotina em territórios vulneráveis

(

FONTES: ONG REDES DA MARÉ E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

REDE MUNICIPAL
1.537 unidades



Em 2017, na Maré, a cada **9 dias:**

- 1** operação policial
 - 1** morte por confronto armado
- Total de **42** mortes, sendo:



(Fonte:novaescola.org.br)

Nos territórios marcados pela violência, muitos, acabam desistindo de frequentar a escola.

Profissionais que trabalham no território relatam como a violência impacta no aprendizado e desenvolvimento das crianças, segundo Vianna:

”Nossas crianças deixam de ter aula pelo menos 15% dos dias letivos todos os anos, por conta da violência. Isto sem considerar que o ensino nas escolas da Maré não tem a mesma qualidade que as escolas localizadas em outros bairros da cidade. Acontece com muita frequência o desestímulo de crianças em continuar nas escolas, especialmente quando elas se deparam com dificuldades de aprendizagem que, infelizmente, não são resolvidas e só aumentam com o passar dos anos. Consequentemente, a criança repete de série, uma, duas, três vezes, até que desiste de estudar.” (REDES DA MARÉ 2019; p.37).

Para além de ter força para de continuar a estudar é preciso coragem para prosseguir, muitas crianças não conseguem chegar à escola. Para entender um pouco como a violência se expressa no território, Vianna traz outro relato que fala um pouco do cotidiano dos moradores da Maré:

“O menino de oito anos leva a irmã de seis para a escola dela e segue o caminho para a sua. A dois quarteirões da escola escuta barulho de fogos, aparentemente vindo de um lugar bem próximo. O menino não sabe para onde correr e lembra-se da casa de um amigo naquele quarteirão. Corre, abre o portão e... tiros... muitos tiros. Quando a mãe do amigo abre a porta de casa, vê o amigo do filho caído no chão. Seu corpo, ainda quente, já estava sem vida. A mulher grita enlouquecidamente e chora sem parar. Os vizinhos não sabem o que fazer. Os tiros param. Mas não tem nada mais que se possa fazer. A favela inteira chora. Mais uma criança morta por causa de uma guerra insana. Mais uma família esfaumada. Como dizer para a mãe, para os irmãos, para os amigos, que essa criança partiu e não voltará nunca mais? Ele foi brutalmente arrancado de suas vidas!” (REDES DA MARÉ, 2019 p.37).

Contudo é importante para refletir que a violência no território está para além de baixa ou ausência da frequência escolar, vidas de inocentes são arrancadas a todo instante. Que tipo de Política de Segurança Pública o Estado tem ofertado nas favelas? O Estado precisa garantir políticas que verdadeiramente atendam a necessidade da população. Respeitar a constituição, proporcionar a cada indivíduo formação de qualidade que lhe dê condições de serem seres pensantes, assegurando ao cidadão participação social, que contribuem com o rompimento das barreiras que excluem o indivíduo da sociedade, fornecendo segurança pública de qualidade, que garanta, sobretudo, a cada indivíduo, o direito de ir e vir.

Outro ponto de necessário debate, é o cumprimento da lei que torna obrigatório o ensino de história africana e afro-brasileira nas escolas como aponta Djamila Ribeiro, e como a educação pode contribuir com práticas antirracistas:

“Algumas atitudes simples podem ajudar as novas gerações, como apresentar para as crianças livros com personagens negros que fogem de estereótipos ou garantir que a escola dos seus filhos aplique a Lei n. 10639/2003, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação para incluir a obrigatoriedade do ensino da história africana e afro-brasileira”.(RIBEIRO, 2019 p21-22)

Como nos remete Silvio Almeida, para apreender, compreender e poder estabelecer uma posição antirracista, é necessário um processo de conscientização da população, e a educação é um instrumento importante nesse ponto, já que o racismo constrói uma forma de imaginário social:

“Ou seja, a vida cultural e política no interior da qual os indivíduos se reconhecem enquanto sujeitos autoconscientes e onde formam os seus afetos é constituída por padrões de clivagem racial inseridos no imaginário e em práticas sociais cotidianas. Desse modo, a vida “normal”, os afetos e as “verdades” são, inexoravelmente, perpassados pelo racismo, que não depende de uma ação consciente para existir” (ALMEIDA, 2019 p41).

Sem um processo educativo que desvele o racismo em duas múltiplas dimensões, não existirá meio nem começo para práticas de crítica e combate ao racismo como aponta novamente Silvio Almeida:

“Ademais, a própria indiferença teórica sobre a desigualdade racial nos campos político e econômico é fundamental para constituir um imaginário racista, pois, assim, sem críticas ou questionamentos, a discriminação racial ocorrida nas relações concretas aparecerá à consciência como algo absolutamente “normal” e corriqueiro”. (ALMEIDA, 2019, p42-43)

O racismo opera apagando a vida, a história e a identidade do povo negro como modo e meio, a educação pode, e deve auxiliar no combate ao racismo, seu esclarecimento, o que é precondição para qualquer prática política organizada com uma finalidade. Silvio Almeida nos traz como exemplos medidas e possibilidades nos seguintes pontos:

“propiciar a abertura de um espaço político para que as reivindicações das minorias possam dismantelar as narrativas discriminatórias que sempre colocam minorias em locais de subalternidade. Isso pode servir para que, por exemplo, mulheres negras questionem o lugar social que o imaginário racista lhes reserva”. (ALMEIDA, 2019, p68)

3.5 A ATUAÇÃO DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA CASA DAS MULHERES.

A atuação do Assistente Social, realizado dentro da favela, conta com apoio da ONGS locais e principalmente com a participação dos moradores que têm um papel importantíssimo. Além de ser um símbolo de representatividade, eles conhecem a comunidade e as necessidades que a favela demanda, seus conhecimentos auxiliam na melhor estratégia para desenvolvimento das atividades. Os atendimentos são interdisciplinares com profissionais que moram dentro e fora da favela, uma interação que se completa que contribui positivamente para garantias de direitos.

O Serviço Social na Casa das Mulheres atua no atendimento a mulheres vítimas de violência, tanto que o Projeto Aluna/Mãe Presente visava fazer buscas ativas das responsáveis pela criança do sexo feminino.

O projeto visava alcançar as mulheres responsáveis por essas crianças evadidas da escola e apresentar o espaço da Casa das Mulheres e os serviços ofertados por ela. A evasão escolar é um problema que se estende por toda Maré, atingem todas as crianças da favela, seja ela do sexo feminino ou masculino.

O levantamento foi realizado através de um banco de dados fornecido pelo projeto aluno presente, um projeto já existente desde outubro de 2013, que atuava na identificação, localização e inserção de crianças e adolescentes entre 6 e 14 anos que estão fora da escola ou em risco de evasão escolar no município do Rio de Janeiro. Através dessa listagem, foram realizadas visitas domiciliares e busca ativa nas crianças e seus responsáveis do sexo feminino e a partir daí, a implementação do Projeto Aluna/Mãe Presente. O estudo trouxe vários desdobramentos, além de captar as responsáveis pelas crianças evadidas das escolas, foi possível identificar muitas outras demandas que dependiam de articulação entre as redes (CRAS, CREAS, ESCOLAS, POSTO DE SAÚDE, ASSOCIAÇÃO DE MORADORES, CONSELHO TUTELAR, DEFENSORIA PÚBLICA etc.). O estudo proporcionou a pensar junto a Casa, estratégia que pudesse articular com as outras redes, para que de alguma forma pudessemos direcionar cada demanda para o setor de sua competência, respeitando o direito de acesso a justiça pautado no do código de ética.

“Art. 19º- O assistente social em seu trabalho junto aos clientes, grupos e comunidades, deve ter o sentido de justiça, empregando o máximo de seus conhecimentos e o melhor de sua capacidade profissional, para a solução dos vários problemas sociais do país” (BRASIL, 2012,).

As redes não articulavam entre si, isso impossibilitava o acompanhamento do desfecho de cada demanda, é importante que essa articulação aconteça para que seja possível verificar se o direito foi garantido, e qual estratégia vem sendo adotada para garantir a qualidade do atendimento prestado, desenvolvimento social e familiar na sua totalidade.

“Art. 21º O assistente social deve esforçar-se para que seja mantido um bom entrosamento entre as agências de Serviço Social e demais obras ou serviços da comunidade, com o objetivo de assegurar mútua compreensão e eficiente colaboração. § único – As críticas construtivas que contribuam para o aperfeiçoamento do Serviço Social e entendimento crescente entre as obras, poderão ser feitas pertinentemente e com discrição.

Art. 22 O assistente social deve interessar-se por todos os grandes problemas sociais da comunidade, dentro de uma perspectiva da realidade brasileira, colaborando com seus recursos pessoais e técnicos, para o desenvolvimento solidário e harmônico do país” (BRASIL, 2012,).

São princípios fundamentais pautados no código de ética do/a Assistente Social Lei 8.662/93:

“V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
IX. Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as” (BRASIL, 2012, P23-24).

CONSIDERAÇÕES FINAS

Desde Canudos que a história nos lugares menos favorecidos é marcada pelo descaso, violência e violação de direitos, a guerra se apresenta do “bem” contra o “mal”, o que seria esse bem? A elite contra o proletariado. Pessoas excluídas, marginalizadas, que não tem nenhum apoio ou investimento do Estado. As autoridades se fazem presentes nos territórios da favela através das ações punitivas e coercitivas; entram, matam, violam direitos. Podemos dizer que a maioria dos males enfrentados pela sociedade, tem o Estado como o seu principal violador dos direitos.

É importante explicitar, que os fatos são construídos através do modo de vida dos seus personagens, ou seja, o tratamento oferecido para classe excluída não é o mesmo ofertado para classe burguesa. Por conta da ausência do Estado nesses espaços, grupos armados dominam o território, ocupando o espaço esquecido pelas autoridades governamentais e implementam suas leis.

As ONGS desenvolvem um papel importantíssimo no território, contribui para formação do indivíduo, além de possibilitar uma qualificação profissional, auxilia no fortalecimento da importância sobre a participação política, movimentos sociais e estimula a reflexão sobre direitos e violação de direitos.

É necessário manter a relação de parceria entre as redes institucionais já estabelecidas, promover novas alianças com CRAS, CREAS, ESCOLAS, POSTO DE SAÚDE e CONSELHO TUTELAR, permanecer com as ações educativas, dentro de uma prática sociopolítica, comprometida com os processos de democratização e transformação. Estimular os movimentos sociais e a participação política dos indivíduos pertencente àquele local, fortalecer as negociações e mediações objetivando a efetivação e garantia de direitos da cidadania de cada morador envolvido. Essas ações contribuem positivamente em enfatizar a importância da educação, reduzindo a evasão e abandono escolar.

Entretanto, vale destacar que os motivos da evasão e abandono escolar, estão relacionados a vários fatores: à Política de Segurança Pública ofertada pelo Estado; a violência urbana predominante na favela, razões sócio culturais relativas ao contexto social; aos fatores cognitivos psicoemocionais dos alunos e das características familiares; método de ensino inapropriado e currículo de políticas públicas para educação.

As ações desenvolvidas pelas ONGS são essenciais para refletir sobre a participação social do indivíduo no espaço em que vive, fazendo-o se enxergar como um sujeito de direito. A favela precisa de implementação de Políticas Públicas que atendam suas necessidades na totalidade, políticas que proporcionem segurança, saúde, educação e direitos básicos estabelecidos pela Constituição.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo, Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental**. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. - 10^a. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2012].

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**; Brasília; 2019.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB Lei Federal nº 9.394/96 E LEGISLAÇÃO CONGÊNERE**. 2^a Edição Vitória; 2014.

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO (1988). Constituição da República Federativa do Brasil**, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social PNAS/ 2004; Norma Operacional Básica NOB/SUAS**. Brasília; Novembro 2005.

BANDEIRA, Alberto Luiz Moniz. **O sentido social e o contexto político da Guerra de Canudos**. Fundação Joaquim Nabuco, 2018. Disponível: <https://www.fundaj.gov.br/index.php/ultimas-noticias/192-observanordeste/observanordeste/2134-o-sentido-social-e-o-contexto-politico-da-guerra-de-canudos>. Acesso em 25/10/20220 às 12:31

BRUM, Mario Sergio Ignacio. **Favelas e remocionismo ontem e hoje: da Ditadura de 1964 aos Grandes Eventos. O Social em Questão - Ano XVI - n 29, p.179-208,2013**.Disponível em: <http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/8artigo29.pdf> acesso em: 20 dezembro. 2019.

BURGOS, Marcelo. ARISTÓTELES, Carneiro. CAMASMIE, V. MATOS, Marcelo. CASTRO, Mariana J.MONTEIRO, Rafaele. SARAH, L. **Infrequência e Evasão Escolar:nova fronteira para a garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. Desigualdade & Diversidade – Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio n. 15, jul/dez, 2014, pp. 71-105.**

CAMILO, Kamila; VIANA, Arthur; VIANA, Fernanda; IANA, Patrícia; ROSENDO, Shyrlei; CÂNDIDO, Flávia; ERREIRA, Kananda; **A vida na favela: relatos sobre o cotidiano em meio à violência armada**. 1. ed. – Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2019.

CUNHA, Euclides. **Os sertões (campanha de canudos)**. 1.ed. Rio de Janeiro: lammer et C. Editores, 1902.

CUNHA, Carmen Lúcia Nunes da. **A centralidade da família nas políticas sociais: um olhar do assistente social sobre o trabalho com famílias na área da saúde**. VII Jornadas Internacionais de políticas Públicas. Maranhão, 2017.

FRANCO, Luiza. **Violência fecha escolas e interrompe aulas em 93 de 100 dias no Rio**. Folha de São Paulo, 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/07/1900460-violencia-fecha-escolas-e-interrompe-aulas-em-93-de-100-dias-no-rio.shtml>. Acessado dia 25/10/2020 às 16:57.

GARCIA, Joana Angélica Barbosa. **Apontamentos sobre a controvertida centralidade da família no trabalho social**. SER Social, Brasília, v. 20, n. 42, p. 30-54, jan.-jun./2018

KREZINGER, Mirian; MARTINS, Azambuja; RIBEIRO, Gisele; ANSARI, Moniza Rizzini. **Educação em direitos: relatos de experiência no campo do Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária**. Rio de Janeiro: NEDH, 2015. Maré de Notícia: mareonline.com.br. Guias de Rua Maré 2014- organização Redes de Desenvolvimento da Maré- observatório de favela.

MARTINS, Paulo Emílio Matos. **Canudos: organização, poder e o processo de institucionalização de um modelo governança comunitária**. CADERNOS EBAPE. BR, V.5 N° 4, Dez.2007.

MIOTO, Regina Célia Tamasso; DAL PRÁ, Keli Regina. **Serviços Sociais e Responsabilização da Família: Contradições da Política Social Brasileira**. XIII ENEPSS Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Minas Gerais, 2017.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. **A Centralidade da Família na Política de Assistência Social: Contribuições para o debate**. Palestra preferida no Ministério da Assistência Social/Brasília em novembro de 2003.

MONIZ, Edmundo. **Canudos: a luta pela terra**. São Paulo: Global, 2001

_____. **A Gênese da favela carioca.** A produção anterior às ciências sociais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 15, n.º. 44, out. 2000, p. 5-34

PICANÇO, Felícia Siva; LOPES, Natânia P. de Oliveira; **O tráfico de drogas em formas:** notas de pesquisas sobre o Rio de Janeiro. *Análise Social*, 218, li (1.º), 2016.

PUC-RIO- Certificação digital nº 0510400/CA. **Favela:** história, violência, segregação e resistência. Disponível em: www.maxwell.vrac.puc-rio.br/9975/9975_3.PDF. Acessado em 25/10/2020 às 12:45

SANTO, Andréia Martins de Oliveira; SILVA, Eliana Sousa. **Vivências educativas na Maré:** desafios e possibilidades. Rio de Janeiro: Editora Redes da Maré, 2013.

SANSÃO, Luiza. **Uma Política de Segurança que Adoece a Favela.** Blog da Luiza Sansão, 2018. Disponível em: <https://outraspalavras.net/luizasansao/2018/02/07/uma-politica-de-seguranca-que-adoece-a-favela/>. Acessado em 25/10/2020 às 16:57.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista.** São Paulo, Companhia das Letras, 2019.

LEITE, Leonardo Guimarães. **A guerra do fim do mundo chega ao Brasil: interpretações e disputas de memória em torno de Antônio Conselheiro e Canudos.** Acessado em 07/11/2019 as 15:59. <http://www3.ufrb.edu.br/ebecult/wp-content/uploads/2012/04/A-guerra-do-fim-do-mundo-chega-a-o-Brasil-interpretaces-e-disputas-de-memo-em-torno-de-Anto-Conselheiro-e-Canudos.pdf>